

Governo usa a Caixa para reativação da economia

Sindicatos podem criar seus fundos de pensão

FENAE Agora

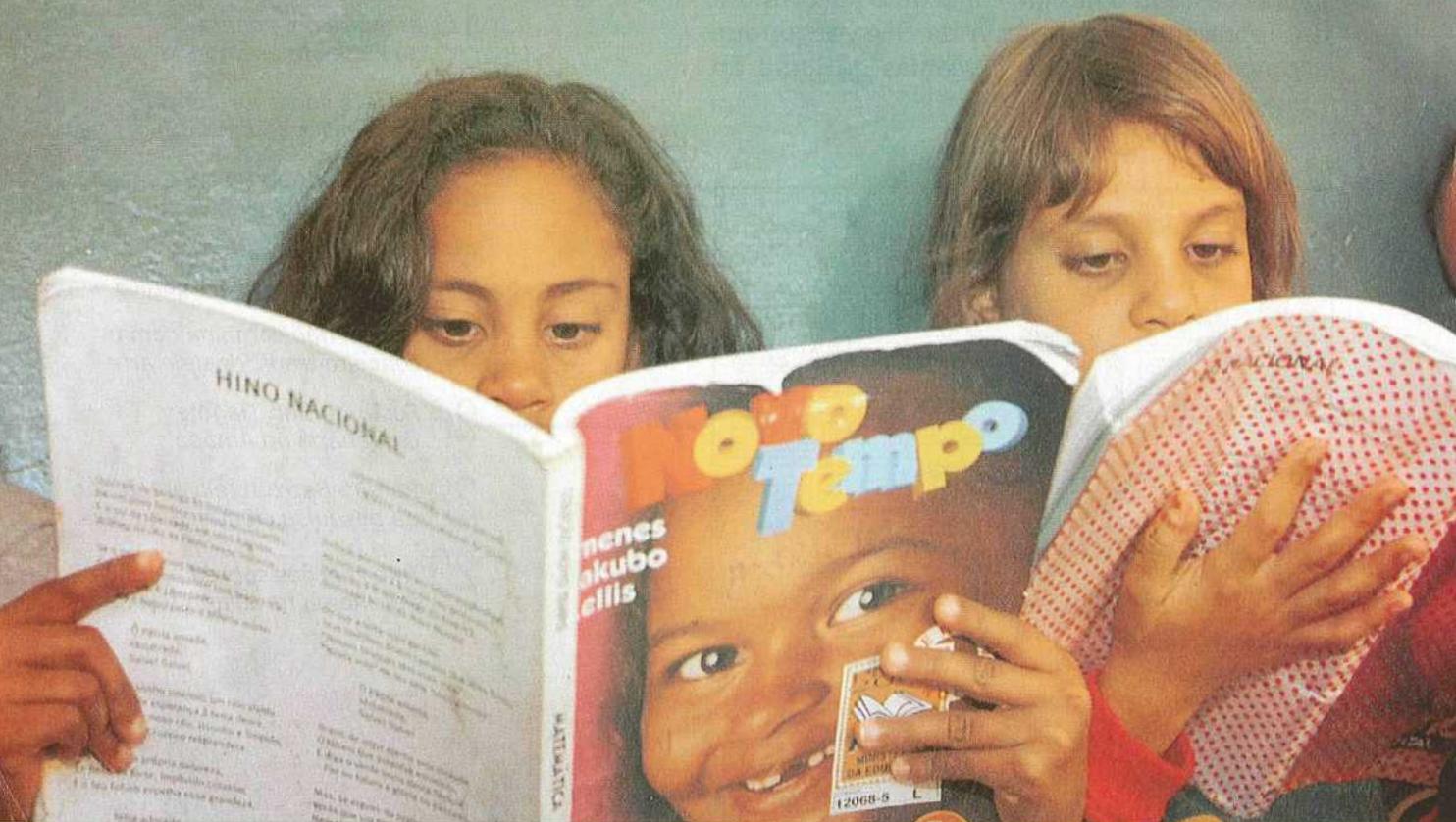
www.fenae.org.br

Edição 34 - ano 6
15/7 a 30/8/2003
distribuição gratuita

Publicação da Fenae - Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal

PARA ONDE VAI A EDUCAÇÃO?

Democratizar a escola é vital para o desenvolvimento social



XIX CONECEF

Bancários unidos para construir um novo Brasil

São Paulo
25, 26 e 27

Julho de 2003

Educação e esperanças

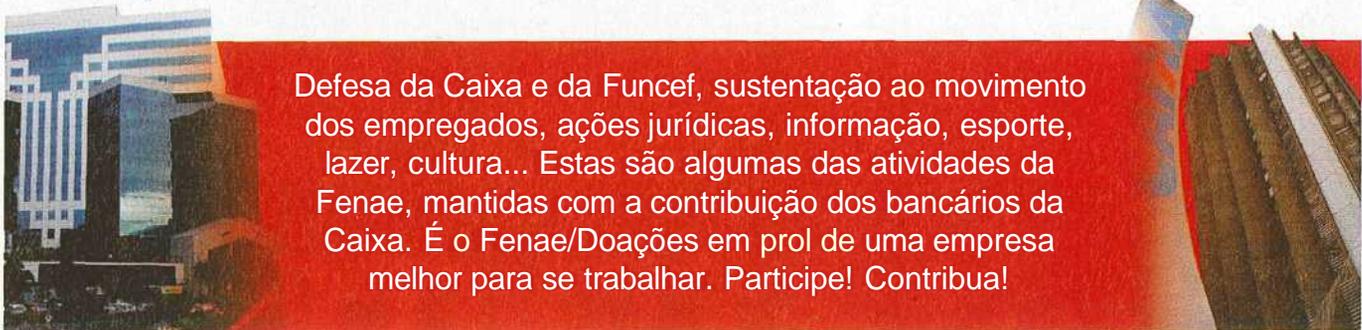
Castigado por uma das piores taxas de distribuição de renda do mundo, o Brasil precisa investir em educação para promover a integração de sua população mais pobre. Nesta edição, **Fenae Agora** mostra que a educação funciona como fator de combate à violência e à exclusão social.

A esperança de transformações com o governo de Lula se reflete também no Cotidiano dos funcionários da empresa.

Os empregados da Caixa realizam seu XIX Congresso Nacional, em São Paulo, o primeiro em que o país se encontra sob nova direção. A categoria discute com a empresa, neste meio tempo, questões de saúde, plano de cargos e salários e organização do movimento.

Esta edição traz ainda uma área em que o país se destaca, o design, e mostra o país profundo, representado pela festa de São Tiago, que acontece todo ano nas cercanias da linha do Equador, no Amapá.

- 4 A educação como fator de inclusão social no Brasil
- 9 Dieese: demanda por trabalho e a expansão do desemprego
- 10 Governo monta estratégia para novas linhas de crédito
- 12 A história da organização dos empregados da Caixa
- 13 Acordo prevê liberação de 60 dirigentes em todo o país
- 14 É chegada a hora para a Caixa implantar novo plano de saúde
- 15 Objetivo do PCR é unificar estrutura de cargos e salários
- 16 Sindicatos e associações já podem criar fundos de pensão
- 17 CNB/CUT reivindica amplas negociações sobre a Funcef
- 18 Diretoria e expectativas da Apcef-SE são renovadas
- 19 Primeiro presidente da Fenae falece no Rio
- 20 Debate sobre a reforma trabalhista só em 2004
- 22 As funções do Banco Central no sistema financeiro nacional
- 23 Consumidor se beneficia com a agricultura orgânica
- 24 Design não combina com o conceito tradicional de arte
- 26 Festa de São Tiago é centenária no Amapá
- 28 Pereira Barretto é o precursor da pesquisa científica no país
- 29 Informações sobre imprensa autônoma na coluna "Na Rede"



Defesa da Caixa e da Funcef, sustentação ao movimento dos empregados, ações jurídicas, informação, esporte, lazer, cultura... Estas são algumas das atividades da Fenae, mantidas com a contribuição dos bancários da Caixa. É o Fenae/Doações em prol de uma empresa melhor para se trabalhar. Participe! Contribua!

Conceitos e preconceitos

A pesar de eleito para fazer o que sua campanha tornava previsível, o governo Lula demonstra predileção especial pelo imprevisto. As surpresas se sucedem, inesgotáveis.

A dos conceitos definidores da política econômica ficou, nem se precisa dizer por quê, como A SURPRESA. A sua sombra, porém, outras têm alcances, para a sociedade e para os destinos do país, de importância equivalente e talvez até maior. E "justificativas" governamentais ainda mais frágeis do que "a grave situação econômica" deixada pelo governo Fernando Henrique e que não foi surpresa para ninguém, muito menos para o PT e seus candidatos.

A "reforma" da Previdência é um caso ilustrativo, duplamente. Primeiro, como está mais do que visto, pela justificada surpresa com o seu teor. Segundo, pelo sentido, pouco ou nada observado, implícito na sua formulação, na defesa discursiva que o governo fez do seu projeto e, ainda, no seu sentido. Esse sentido está fortemente infiltrado por um fator que se chama, nada mais, nada menos, preconceito.

Preconceito não deveria causar surpresa no Brasil, onde o há para todos os gostos, fins e farsas. E cada vez mais: à farsa da redução de preconceito antigays e lésbicas, correspondem o preconceito da idade, criado e propalado pelos publicitários, e a renovação do preconceito antinordestino em São Paulo.

Luiz Inácio Lula da Silva conhece bem a força de muitos

preconceitos: o econômico, o social, o "cultural", o regional, e outras rimas que levam ao mesmo sofrimento. Nesta matéria deplorável, tem no governo vários companheiros, com realce para as ministras Marina Silva e Benedita da Silva, contra as quais a perversidade não se satisfaz só com o preconceito antifeminino.

A Presidência não livrou Lula dos preconceitos. Há sobre ele uma vigilância constante aos erros verbais e outros, como em momento algum houve em relação a Fernando Henrique, que se esbaldou em besteiras históricas, geográficas, biográficas e, claro, também vernaculares.

O sentido da "reforma" previdenciária, no entanto, já no nascedouro se mostrou fortemente contaminado pelo preconceito que se disseminou no Brasil contra os servidores públicos. Preconceito tão generalizado, na vertical e na horizontal, que nem distingue o funcionalismo das autarquias e das estatais. Não houve, na veloz elaboração governamental, nenhum esforço para buscar maneiras diferenciadoras, no funcionalismo, do tratamento a ser dado ao pequeno número de

privilegiados e à grande massa dos servidores. O mesmo em relação aos aposentados.

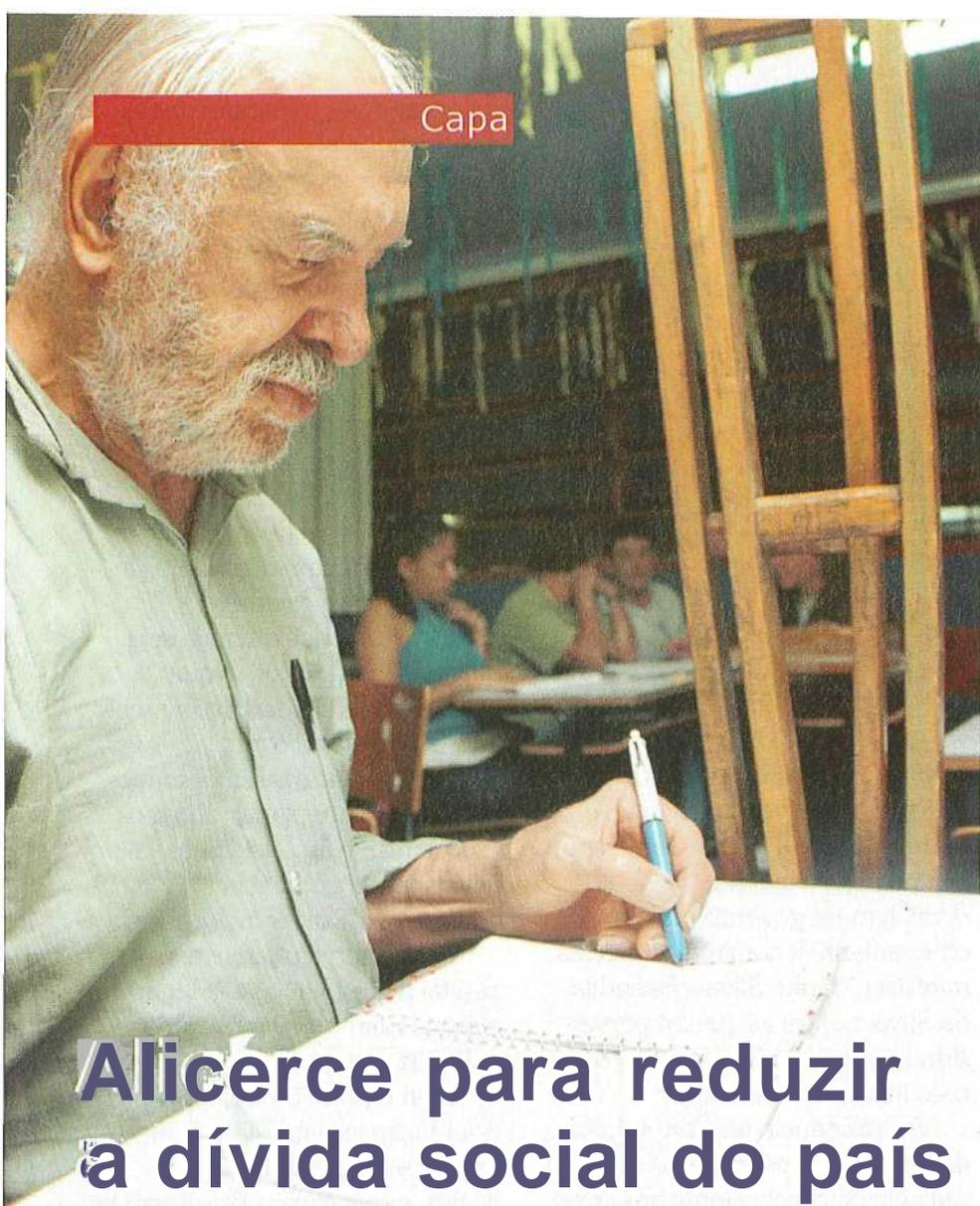
Os discursos de Lula e de Ricardo Berzoini foram insuficientes para convencer de suas posições, mas foram muito eficientes na ampliação e fortalecimento do preconceito contra o funcionalismo em geral. Não, em geral, não. Porque não faltou a tradição mais que secular: à primeira palavra de insatisfação, os militares foram destinados a um tratamento exclusivo.

Os alicerces de um país, seja qual for, dentre todos os que emergiram do subdesenvolvimento, foi e é o seu serviço público, quer dizer, o seu funcionalismo, com os idealizadores, os planejadores, os executantes, a fiscalização, as atividades de assistência, educativas, de segurança pública.

Sem o serviço público, o capital privado não vai a lugar algum, quanto mais a alguma utilidade produtiva.

Sem o serviço público, a população está perdida. Tente-se imaginar, só para uma idéia ligeira, o que seria o Brasil sem os hospitais públicos. Mas, ao cabo de seis anos de estudo de medicina, um jovem médico entra no brutal serviço de um hospital público com o vencimento igual ao de um cabo sem estudo das Forças Armadas. E um cientista ou professor universitário equivale a um sargento; no fim de carreira, se ainda é do tempo dos quinquênios, pode equiparar-se a um capitão ou jovem major.

Não bastando o que a "reforma" traz contra o serviço público, pelo prejuízo aos servidores atuais e pelo desestímulo ao ingresso de novos servidores qualificados, os discursos governamentais ainda trouxeram a surpresa de ímpetos preconceituosos jamais esperáveis das vítimas de preconceitos.



Augusto Coelho

Alicerce para reduzir a dívida social do país

Investimento público em educação ajuda governo a combater a violência e a fragmentação social

^Antônio José Reis
Jornalista da Fenae

Os fatos zombam dos direitos. Retrato educacional do Brasil nas primeiras ondas do novo milênio: este é um país que ainda nega a uma população de 37 milhões de pessoas o direito a uma escolaridade decente - há 17 milhões de analfabetos literais e 30 milhões de analfabetos funcionais (aqueles que mal aprenderam a ler e escrever e quase nada entendem do conteúdo de um tex-

to), um contingente maior do que a população da Argentina. Desde 1998, o investimento no ensino fundamental caiu de 5% do PIB (Produto Interno Bruto) para cerca de 2%. O índice de repetência no ensino fundamental é de 25%. Nem todos também são iguais em direitos e oportunidades - apenas 3% dos estudantes negros chegam ao nível superior. As escolas particulares detêm 70% das vagas na educação infantil e superior. Neste cenário, figuram ainda professores mal-remunerados e escolas mal-equipadas.

Todos estes dados projetam a desigualdade expressa na concentração de renda do país, fazendo com que a educação como fator de inclusão social seja um foco

O analfabetismo ainda prevalece e provoca alguns dramas pessoais

ainda distante da realidade brasileira. Esse caráter seletivo do processo de exclusão da escola está evidenciado num estudo realizado pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), intitulado "Situação da infância e adolescência brasileira 2003". Esse levantamento demonstra que, entre os 20% mais pobres da população, 49% das crianças de zero a quatro anos não vão à escola. Dos sete aos 14 anos, o percentual é de 9% e sobe para 20% dos 12 aos 17 anos. Os índices são menos dramáticos na escala dos 20% mais ricos, com percentuais bem menos injustos. Essa diferença faz com que os mais pobres estudem em média quatro anos, contra sete dos mais ricos. Moral da história: a reprodução da pobreza em nível escolar reduz as chances dos estudantes pobres chegarem às universidades e conquistarem um bom emprego.

% da população de 25 a 64 anos de idade com pelo menos o ensino fundamental completo

Brasil:.....	38%
Estados Unidos:.....	95%
Argentina:.....	56%
França:.....	82%
México:.....	45%
Japão:.....	100%
Coréia do Sul:.....	83%
Itália:.....	78%
Espanha:.....	66%

Fonte: Unesco/OCDE

Gênero, raça e classe são fatores de exclusão social

A marginalização social configurada pelo atual processo educacional não é só questão de classe social (pobres e ricos), mas também de gênero e raça. O estudo do Unicef aponta que, entre os jovens de 15 a 17 anos que freqüentam a escola, 73% são brancos e 27% são negros. E mais: 53,6% dos jovens brancos de 20 a 24 anos cursam faculdades, enquanto 9,2% dos negros nessa faixa etária são universitários. Essa situação, de certo modo, remete ao debate sobre o projeto de cotas para negros no ensino superior, apesar do tema ser bastante polê-

mico. No caso das mulheres, a desigualdade também é dramática. Elas, segundo o Unicef, permanecem mais tempo na escola do que os homens. Entre os profissionais do ensino fundamental, o índice de mulheres ultrapassa os 80%, embora não cheguem a 30% entre os docentes das universidades, onde os salários são maiores.

Dados oficiais revelam, inclusive, que dos alunos brasileiros que cursam atualmente o primeiro grau, 73% dos meninos e 64% das meninas não estão na série corresponden-

te à sua faixa etária. Entre os que freqüentam a primeira série primária, 38% têm oito anos ou mais. No segundo grau, a distorção entre a série e a idade do aluno é ainda maior, subindo para mais de 53%. A metade das crianças que entram no primeiro grau não conclui a quarta série. Em paralelo, o arrocho salarial a que boa parte da população tem sido vítima, ao longo das últimas décadas, provoca uma situação no mínimo inusitada: caso a criança apenas estude, deixando de tra-

Atraso escolar já virou mal crônico e é um fator de muita exclusão social

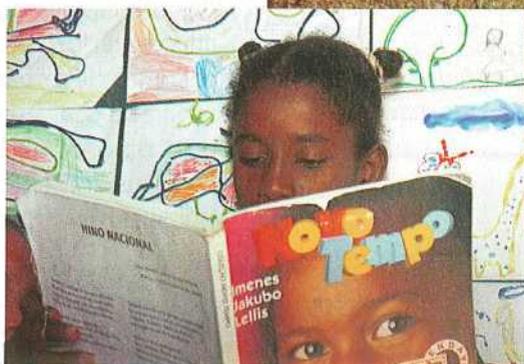
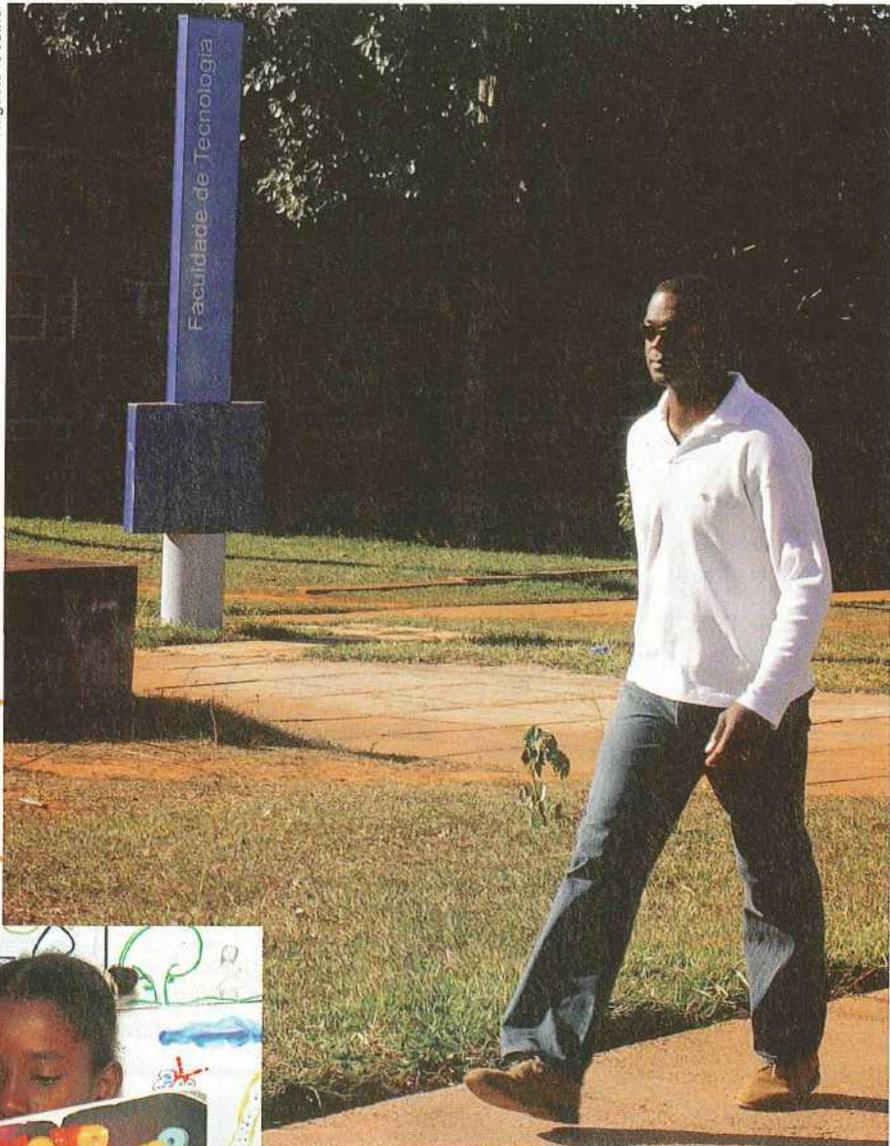
Taxa de analfabetismo da população com 15 anos de idade ou mais

Brasil:.....	13,1%
Argentina:.....	3,2%
México:.....	8,8%
Coreia do Sul:.....	2,2%
Itália:.....	1,6%
Espanha:.....	2,4%
Índia:.....	42,8%
África do Sul:.....	14,8%
Rússia:.....	0,4%
China:.....	14,8%
Cuba:.....	3,3%

Fonte: Unesco

O preconceito racial se revela de maneira clara no Cotidiano da escola

Augusto Coelho



balhar, não ajuda no orçamento familiar. Estima-se que pelo menos 40% das crianças em idade escolar, além de estudar, ainda trabalham, cuidam de afazeres domésticos ou apenas trabalham. Pesquisas de organismos internacionais como a Unesco e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), divulgada recentemente sobre a realidade da alfabetização em diversos países, entre os quais o Brasil, apontam que o atraso escolar é um mal crônico da educação brasileira e resulta, sobretudo, da miséria gerada pelos salários de fome pagos aos pais dos estudantes.

Os motivos que levam a essa desigualdade advêm, com certeza, do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, que não exi-

ge níveis razoáveis de escolaridade, nem mesmo de alfabetização para o conjunto da população. Sua lógica impõe a exclusão de amplas parcelas. A situação agravou-se no decorrer dos últimos oito anos, sobretudo porque as ações governamentais passaram a priorizar convênios e parcerias com a iniciativa privada, abrindo perigosos precedentes para a interferência desses setores na gestão da política educacional. Reflexo disso, de acordo com documento da Apeosp (Sindicato dos Professores do Ensino

Oficial do Estado de São Paulo), são as campanhas do tipo "amigos da escola" e "afeto X valorização", que atribuem a pais, alunos e outros setores da sociedade civil tarefas que são funções do Estado, como a manutenção e conservação das escolas.

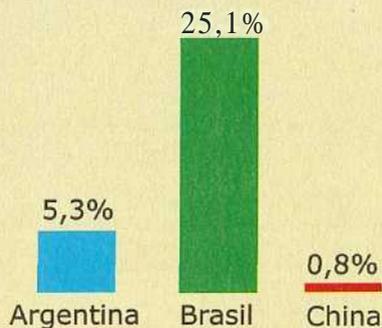
Modelo de desenvolvimento não implica em níveis razoáveis de escolaridade

Salário médio anual dos professores em início de carreira - em R\$

Argentina:	6.947
Brasil:	3.758
México:	8.163
Estados Unidos:	20.051
Espanha:	19.082
Itália:	14.967
França:	15.414

Fonte: Unesco

Taxa de repetência ensino fundamental



Fonte: Unesco

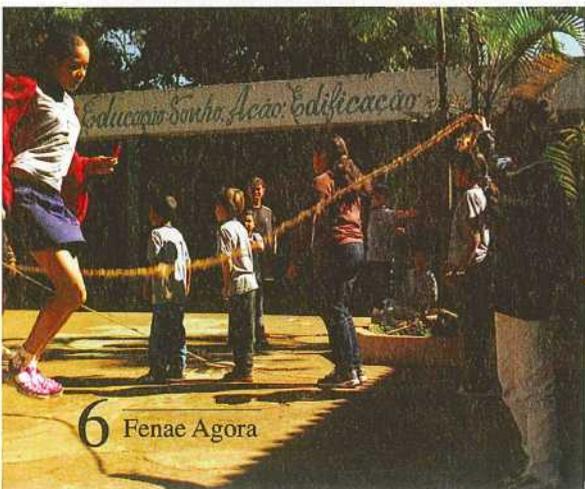
Augusto Coelho



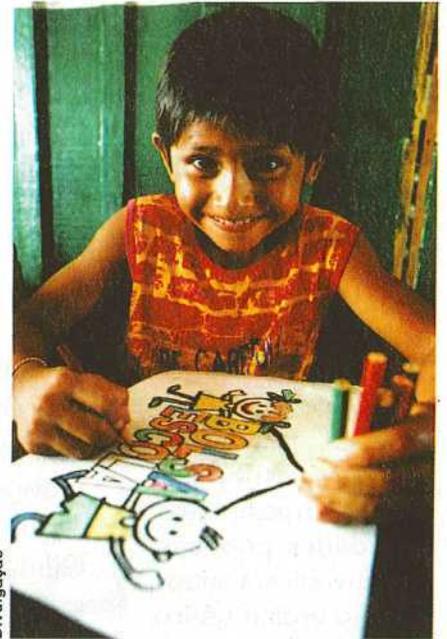
Democratização da escola é fundamental para o país

É fato que a tarefa de democratizar a escola conjuga-se ao esforço mais geral de democratizar o país, inclusive no plano econômico e político. Esta é a opinião do professor matogrossense Gilmar Soares Ferreira, diretor da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). Ele defende a tese de que a educação deve ser entendida como direito humano e não como mercadoria. E complementa seu raciocínio com a seguinte idéia: "Um dos desafios do novo governo é reverter o processo privatizante do Estado, que foi uma das principais peças do xadrez político anterior. A nova política educacional deve garantir gestão democrática das escolas e do sistema de ensino, deve destinar as verbas públicas somente para as escolas públicas, deve assegurar vagas para

Raça, gênero e classe tornam difícil a vida das crianças nas escolas



Muitas crianças pobres estão fora da escola e são forçadas a trabalhar



Educação no Brasil tem caráter complexo

Em tempos de mudança no cenário político e econômico do país, a educação apresenta um caráter complexo. No passado, os responsáveis pelas decisões governavam sem se preocupar muito com os direitos sociais da maioria da população. Em decorrência disso, a municipalização do ensino foi estimulada, a maioria das escolas profissionalizantes foi fechada e as universidades públicas passaram por um processo de relativo abandono. Agora, uma das metas do atual governo é tratar o tema da inclusão social na educação com base nas diretrizes do PRA (Plano Plurianual). Para isso, o MEC (Ministério da Educação) vem realizando consultas públicas com representantes de entidades ligadas a movimentos de gênero, raça, educação ambiental e indígena. Treze

Macedônia e Peru. Alguns dos motivos apontados para o baixo desempenho do nosso país são a desigualdade regional (regiões pobres como Norte e Nordeste apresentam os casos mais "cabeludos") e as altas taxas de repetência, que atingem 25% dos alunos do ensino

fundamental e 15% do ensino médio. O investimento público na educação é parte do problema. "O dinheiro na educação importa, mas também importa como ele é distribuído entre a população", observa Albert Motivans,

responsável pela área de pesquisas da Unesco. A declaração, feita em 30 de junho, no Canadá, não se refere especificamente ao Brasil, mas parece indicar que a educação é o melhor caminho para reduzir as desigualdades sociais.

todos e em todos os níveis, sem superlotação das salas de aulas, e deve garantir condições adequadas de trabalho aos profissionais da educação (professores e auxiliares). Enfim, a universalização deve estar garantida em todas as etapas - educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior".

O processo de verticalização da escola brasileira tem sido, ao longo dos anos, resultado de uma regra de desenvolvimento cuja lógica se assenta na contradição brutal entre a geração de riqueza e sua distribuição. Esse fenômeno foi detectado pela pesquisa que a Unesco e a OCDE promoveram em 41 países. No estudo, o Brasil aparece na 37ª posição, à frente somente da Albânia, Indonésia,

A educação é o melhor caminho para reduzir as desigualdades sociais no país

pontos já foram definidos como primordiais para o controle democrático da atividade educacional, entre eles a alfabetização de jovens e adultos, a universalização do ensino básico, a implantação de uma gestão moderna, a busca de novas fontes de financiamento para as escolas e a valorização dos professores. A erradicação do trabalho e da prostituição infantis até 2006 também fazem parte das metas do MEC.

Uma das maneiras de resolver o problema dos 'gargalos' educacionais consiste em desenvolver políticas públicas voltadas, sobretudo, para a parcela mais pobre da população. Um dos maiores desafios é reduzir a influência ainda forte da lógica do "cobertor curto", pela qual se retiram verbas de alguns setores (em geral as universidades públicas) para investir em outros, como o ensino básico.

Ensino de boa qualidade pressupõe integração com a comunidade e requer recursos aplicados em todos os níveis: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior. Sobre o assunto, Gilmar Ferreira diz que o

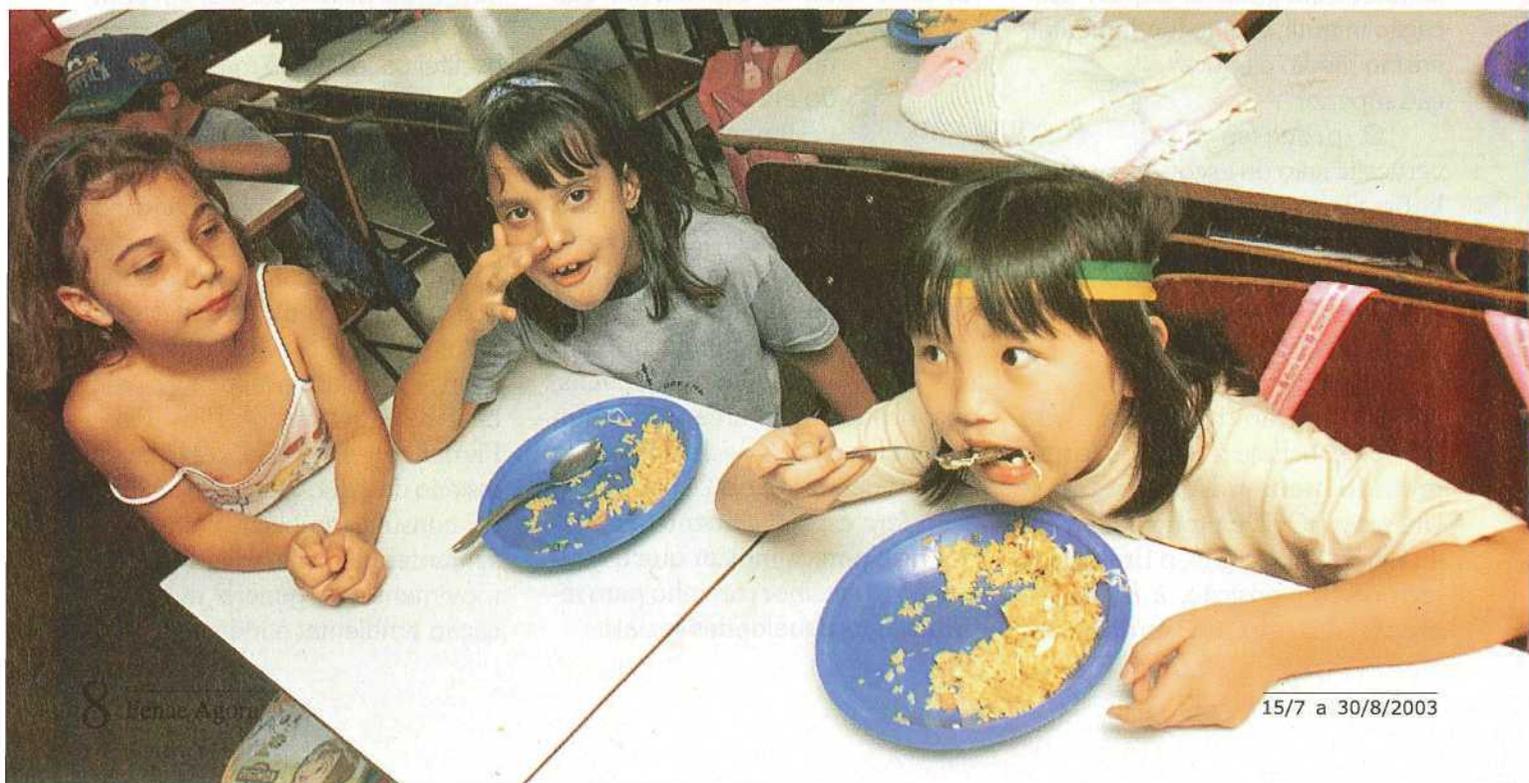
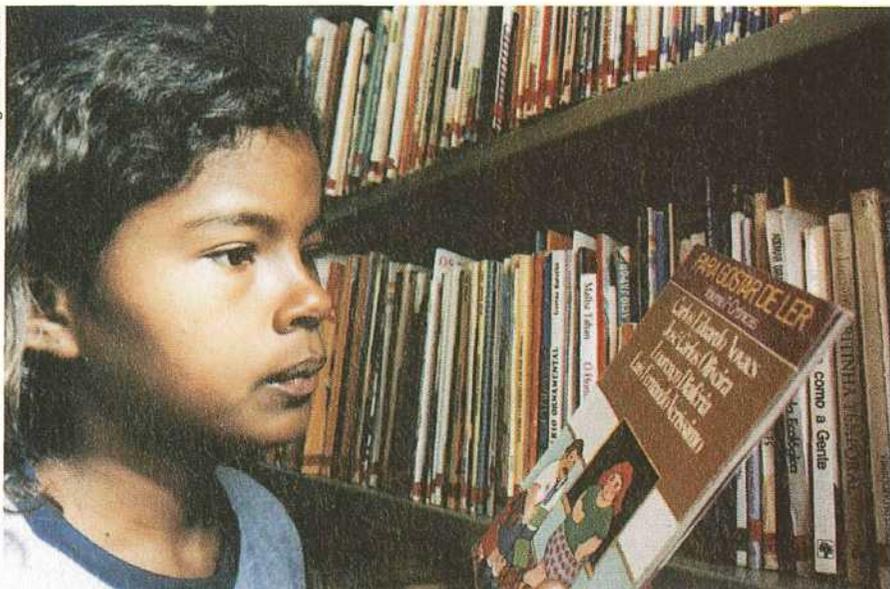
Educação tem a ver com conhecimento, segundo o professor Gilmar Ferreira

Brasil precisa rever sua atual política de financiamento em educação, "cujos níveis ainda são baixíssimos se comparados aos de outros países". Ele diz que, hoje, o nosso país aplica menos de 5% na área educacional, quando a recomendação da Unesco para países em desenvolvimento é de um mínimo de 8%.

Será que a estratégia da educação como fator de inclusão social tem chance de sucesso no Bra-

sil de hoje? O diretor da CNTE Gilmar Ferreira acredita que sim, mas ressalva ser vital para o desenvolvimento econômico do país a recuperação da rede pública de ensino, com gestão democrática, valorização profissional, discussão de propostas curriculares e abertura de espaço para a participação da comunidade. "Educação tem a ver com conhecimento, é fator de cidadania, contribui para que os jovens se integrem ao mercado de trabalho e evita a fragmentação social que alimenta a violência e a exclusão social".

Augusto Coelho



As diversas faces do emprego e desemprego

Nos últimos cinco anos, os postos de trabalho gerados no país não foram suficientes para equilibrar a demanda por trabalho. Assistiu-se assim à expansão do desemprego, acompanhado do empobrecimento da população ocupada. Esse quadro, no entanto, apresenta matizes diferenciados quando olhamos do ponto de vista de gênero e cor. A ocupação de um posto de trabalho assalariado, com ou sem registro em carteira, a criação e a manutenção de um negócio por conta própria ou o bem-sucedido comércio ambulante de mercadorias têm sido oportunidades mais escassas na vida das pessoas que se dirigem ao mercado em busca de trabalho. Tornam-se mais difíceis ainda se as pessoas que o buscam forem negras. Transformam-se em trabalho barato para o empregador se forem para mulheres, ainda que possuam escolaridade superior à dos homens. Têm-se ouvido falar muito que as mulheres vêm ganhando espaço no mercado de trabalho. É verdade, as estatísticas têm revelado isso. Não raro, as encontramos em atividades antes exercidas apenas por homens. Porém, seus salários são mais baixos que os dos homens (cerca de 34%, em média) e o crescimento ocupacional verificado coincidiu com o aumento da taxa de desemprego dos chefes de família do sexo masculino. Tal situação indica muito mais a precarização do mercado de trabalho para homens e mulheres do que uma

conquista feminina de espaço no universo do trabalho.

Essas informações são captadas pela PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), do Dieese e da Fundação Seade, realizada em cinco regiões metropolitanas e no Distrito Federal com o objetivo de conhecer a realidade do mercado de trabalho nessas regiões. A taxa de desemprego total medida pela PED nessas regiões em 2002 confirma que esse indicador continuava alto nas regiões metropolitanas de Salvador (29,9%) e Recife (23,6%), no Distrito Federal (23%) e nas regiões metropolitanas de São Paulo (22,2%), Belo Horizonte (20,8%) e Porto Alegre (17,9%). Entre 1998 e 2002, o desemprego cresceu em quatro dessas regiões - Belo Horizonte (11,2%), Salvador (10,3%), São Paulo (5,2%) e no Distrito Federal (5%) - e apresentou diminuição em duas, Recife (5,2%) e Porto Alegre (3,7%).

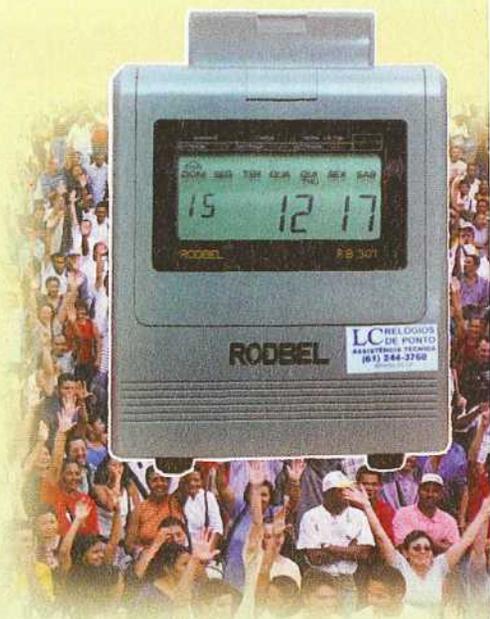
Nem sempre o aumento do desemprego é acompanhado de redução de postos de trabalho. A própria criação de novas oportunidades de trabalho provoca o aumento da procura por trabalho, elevando os índices de desemprego.

Nesse mesmo período, observou-se geração de novas ocupações em todas as regiões pesquisadas: Salvador (12%), Belo Horizonte (11,2%), Porto Alegre (10,9%), Distrito Federal (9,8%), Recife (8,5%) e São Paulo (7%). Ao lado da ampliação do assalariamento com registro

em carteira, ainda que com salários mais baixos, expandiu-se também o trabalho precário ou vulnerável. A fragilidade da inserção no mercado de trabalho traduziu-se, por conseguinte, no aumento da proporção de ocupações vulneráveis (inclui os assalariados sem carteira assinada, autônomos que trabalham para o público, os trabalhadores familiares não remunerados e os empregados domésticos) em relação ao total de ocupados.

A precariedade de inserção no mercado de trabalho agrava-se com o tratamento desigual dado à população negra. Estudo do Dieese em 2002 mostra que essa situação é mais acentuada em Recife (44,5%) e Salvador (43,9%), justamente onde a população negra é predominante.

No período analisado, os rendimentos do trabalho, que perdeu em qualidade, só podem diminuir, tornando mais crítico o quadro gerado pelo desemprego. A renda média real dos ocupados em Salvador decresceu 9,2%, em Recife 19,2%, no Distrito Federal 3,6%, em São Paulo 25,9%, em Belo Horizonte 6,7% e em Porto Alegre 6,8%.



Instrumento público para aumentar crédito

Microcrédito, juros menores e novas linhas de financiamento são as estratégias do governo

O governo federal está usando a Caixa Econômica Federal como um dos principais instrumentos para a chamada "fase 2" da política econômica. Passam pela empresa as estratégias para ampliação do microcrédito, redução das taxas de juros e novas frentes de investimento em infra-estrutura e desenvolvimento.

O último lance desta política aconteceu no final de junho, com o

anúncio de novas linhas de crédito para clientes de baixa renda, com juros menores. A Caixa estima que cerca de 2,3 milhões de clientes tenham acesso às novas linhas, com reflexos de até R\$ 450 milhões na economia apenas este ano.

Novas linhas de crédito podem injetar R\$ 450 milhões na economia

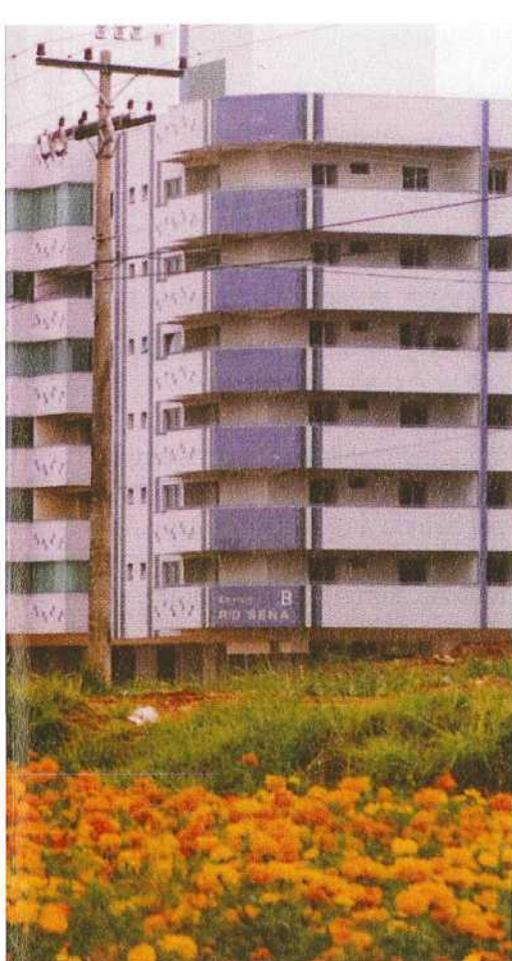
Os empréstimos terão juros de perto de 2,5% ao mês, contra os até 5% atuais, mas apenas para clientes cuja movimentação não ultrapasse os R\$ 3.000,00 mensais. Os recursos devem vir do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), através do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), além de mudanças no depósito compulsório dos bancos junto ao Banco Central.

Governo exigiu de bancos oficiais redução dos juros

O governo federal determinou à Caixa e ao Banco do Brasil, há pouco mais de dois meses, estudos para a redução dos juros ao consumidor final. O anúncio da Caixa parece ser reflexo desta estratégia.

A política do governo é atrelar a atuação dos bancos públicos às diretrizes do PPA (Plano Plurianual), cujos objetivos, na área de atuação dos bancos oficiais, são a ampliação da rede de atendimento social, inclusão bancária, aumento do acesso ao crédito e redução do déficit habitacional.

Desta forma, com juros menores nos bancos oficiais, o governo espera que as instituições privadas também reduzam suas taxas. Motivados por isso e também pela queda na taxa Selic para 26%, vários bancos privados - como o Itaú e o Bradesco - já anunciaram queda nos juros de seus empréstimos.



Governo busca ampliar crédito para baixa renda e ainda imóveis novos

Queda no juro vem junto a outras ações

Mas não é apenas pela redução dos juros que o governo colocou a Caixa para trabalhar. Uma das medidas é a atração das pessoas "sem conta" ao sistema bancário, através dos bancos oficiais. O pacote inclui Caixa, BB e BNDES.

O governo estima que perto de 50 milhões de brasileiros não possuem conta bancária. Para atrair essa massa "sem banco", BB e Caixa montaram em conjunto, segundo matéria publicada no jornal Estado de Minas, a criação de contas especiais sem tarifas, sem exigência de renda, com limite máximo de depósito e sem talão de cheques - tudo sendo feito apenas por cartão magnético. Não existe cobrança de abertura de conta ou manutenção, mas os clientes têm também limite de saques e extratos.

50 milhões de brasileiros não têm acesso ao sistema bancário

A Caixa e o BB, por outro lado, não pretendem reduzir suas taxas de juros na concessão de todo tipo de crédito. A preocupação dos bancos públicos se refere à queda nos lucros e também à inadequação a normas financeiras internacionais.

Por isso, o estímulo ao crédito para clientes de baixa renda só será possível pelo acesso a recursos com juros mais baixos que os praticados em operações tradicionais. Recursos mais baratos permitem operações de crédito com juros mais baixos, ao mesmo tempo em que preservam as contas dos bancos públicos.

Governo vai estimular o aumento no número de correspondentes

O projeto, chamado de Conta Caixa Aqui, teve uma média de quase 10 mil novas contas diárias apenas nas três primeiras semanas de lançamento. A expectativa é criar 500 mil contas correntes apenas na Caixa, este ano

Governo quer criar mais correspondentes

Não bastasse as loterias e o projeto Caixa Aqui, o governo também vai estimular que pequenos negócios se transformem em correspondentes bancários. Hoje, a Caixa tem perto de 2.000 correspondentes, especialmente casas de materiais de construção, padarias, supermercados e farmácias.

Para oferecer ainda mais crédito, o governo pretende também priorizar o financiamento através de cooperativas de crédito. Novas regras estabelecidas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) mudaram as exigências para o funcionamento de cooperativas. A partir de agora, os associados deverão pertencer à mesma região, ligadas a uma central de trabalhadores, ter patrimônio mínimo de R\$ 400 mil e respeitarem as normas do Banco Central. 

Augusto Coelho



Já consolidado, o segundo Conecef aconteceu em Brasília

Nova perspectiva no Congresso de 2003

O XIX Conecef acontece sob uma nova realidade para os empregados da Caixa, na qual há a perspectiva de que o diálogo com a direção da empresa seja permanente. Mas nem sempre foi assim.

O primeiro congresso, por exemplo, aconteceu em 1985, quando os empregados da Caixa ainda não eram considerados bancários e não tinham direito à sindicalização. O Conecef daquele ano deliberou por greve nacional para 30 de outubro, como forma de pressionar o governo e o Congresso Nacional pela aprovação de projeto que garantia a jornada de seis horas e o enquadramento como bancários.

A greve possibilitou a abertura de negociações, e as conquistas pretendidas entraram em vigor em 1987.

Momento histórico para os empregados

Empregados da Caixa realizam XIX Conecef sob perspectiva de unificação da categoria

Cerca de 350 empregados da Caixa, representando seus colegas de todo o país, se reúnem em São Paulo, entre os dias 25 e 27 de julho, para a 19ª edição do Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa). Os encontros estaduais preparatórios, que resultaram na eleição dos delegados e em resoluções ao con-

gresso, foram realizados até dia 12 de julho.

No Conecef, são tomadas as decisões a serem encaminhadas pela CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários), que é assessorada pela CEE/Caixa (Comissão Executiva dos Empregados) nas negociações com a direção da Caixa.

Negociação única, bancários unidos

No XVII Conecef, em 2001, os empregados da Caixa decidiram não apresentar pauta específica de reivindicações salariais, sindicais e de saúde à direção da empresa, solicitando negociações integradas com os demais bancários. Isso quer dizer que o ciclo de integração à categoria se completa.

Representados pela CNB/CUT, os bancários de todo o país realizam negociações salariais com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos). No ano passado, a categoria obteve reajuste salarial de 7%.

Cabe também à CNB, com assessoria da CEE/Caixa, manter negociações permanentes com a direção da Caixa sobre temas exclusivos dos empregados.)

Acervo Fenae

Acordo assinado para garantir a organização do movimento

Augusto Coelho



Representantes dos empregados e da Caixa assinam o acordo

Empregados querem mesa unificada

A CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários) e a CEE/ Caixa (Comissão Executiva dos Empregados) apresentaram, à diretoria da Caixa, solicitação de adesão à mesa única da Fenaban (Federação Nacional dos Bancários) nas negociações salariais. Hoje, os bancos privados negociam com os sindicatos da CNB/CUT através da Fenaban, enquanto Caixa e Banco do Brasil, entre outros bancos, não aceitam o acordo firmado.

Segundo José Carlos Alonso, presidente da Fenae e coordenador da CEE/ Caixa, "os bancários estão entrando em uma nova campanha salarial, e os empregados da Caixa desejam participar da mesa única da categoria bancária". Alonso relembra que "o governo sempre procurou afastar os bancos públicos desse processo de negociação, e a diretoria da Caixa deve entender que a unificação será vantajosa tanto para os trabalhadores quanto para a própria empresa".

A negociação em mesa única não encerra a necessidade de negociação trabalhista específica sobre temas exclusivos da Caixa Econômica Federal. O presidente da Caixa, Jorge Mattoso, comprometeu-se a refletir a respeito do tema.

Caixa não fechava compromisso com as entidades ligadas à CUT desde o ano de 1999

Acordo assinado entre a CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários) e a diretoria da Caixa Econômica Federal garante a atuação das entidades sindicais junto aos empregados da Caixa. O acordo prevê a liberação de 60 dirigentes, cuja indicação cabe à CNB/CUT.

O presidente da Confederação, Vagner Freitas, avalia que a assinatura do acordo pode ser o marco de uma nova relação entre os representantes dos empregados e a diretoria da Caixa. A Caixa não firmava compromisso com as entidades

ligadas à CUT desde 1999. "Foi um período muito longo em que o governo de Fernando Henrique Cardoso tentou inviabilizar as representações dos empregados", avalia o presidente da CNB/CUT. Nesse tempo, segundo Vagner Freitas, "os sindicatos e federações de bancários se sacrificaram muito para manter a presença atuante nos locais de trabalho na Caixa".

Acordo reverte tentativa de inviabilização das entidades sindicais e associativas

O acordo parcial, que foi assinado pela CNB/CUT, CEE/ Caixa, sindicatos, pelo presidente da Caixa, Jorge Mattoso, e pelo vice-presidente Paulo Bretas, também aborda as ausências permitidas, intervalo para descanso, licença para tratamento de saúde, trabalho de gestante, quadro de avisos e reuniões com as entidades sindicais nos locais de trabalho.



O grupo de trabalho teve representantes de várias entidades

Um novo plano de saúde para a Caixa

Propostas de consenso debatidas pelo GT vão ser negociadas entre a empresa e a CNB/CUT

A necessidade de um novo plano de saúde para os empregados da Caixa Econômica Federal, no qual as responsabilidades sejam divididas de acordo com a capacidade econômica e financeira da empresa e dos trabalhadores, vai ser objeto em breve de negociação entre a CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários), a CEE/Caixa (Comissão Executiva dos Empregados) e a direção da empresa. Para isso, o grupo de trabalho Saúde/Caixa - composto por três representantes da CNB/CUT, três da Caixa e um da Fenacef (Federação Nacional das Associações

de Aposentados e Pensionistas da Caixa) - esteve reunido de 12 a 23 de maio, em Brasília, quando discutiu propostas de ajustes e melhorias para o Pams (Programa de Assistência Médica Supletiva), PRT (Programa de Readaptação ao Trabalho) e para as rotinas das licenças médicas.

Diretrizes para uma nova política de saúde: gestão compartilhada e democrática

As ações propostas pelo GT Saúde/Caixa, que tem caráter consultivo, prevêem definições objetivas - no caso do Pams - sobre formato de custeio, saldo devedor, participação na gestão, mensalidades progressivas, inclusão de novos tratamentos e admissão de companheiros do mesmo sexo e de dependentes não-familiares. No tocante ao PRT, a maior crítica recai sobre o viés gerencial do programa, cujo principal objetivo é reduzir os afastamentos.

Propostas de consenso vão ser negociadas

Para resolver os problemas causados pelo PRT, a proposta - em um primeiro momento - é de substituição do termo "readaptação" por, "reabilitação". Caberá à Caixa, a partir dessa iniciativa, criar um programa com foco nas situações administrativas e outro com foco na saúde, tendo como público-alvo empregados em alta de LAT (licença de acidente de trabalho) e de LTS (licença para tratamento de saúde).

Os integrantes do GT Saúde/ Caixa discutiram ainda uma solução para a RH 025, que prevê rotinas de licenças médicas. A sugestão é de que a empresa acate os atestados fornecidos pelos profissionais assistentes sem a prerrogativa de homologar licenças, inclusive encaminhando abertura de benefício quando for o caso.

Para uma nova política de saúde na Caixa, com gestão compartilhada, democrática e transparente, o relatório do GT vai ser acrescido de colaborações advindas dos seminários regionais de saúde patrocinados pelas entidades sindicais e associativas. As sugestões finais serão sistematizadas em um encontro desse grupo de trabalho, previsto para 14 de julho em Brasília. Passada essa fase, CNB/CUT e Caixa passam a negociar diretrizes para uma nova política de saúde no âmbito da empresa, devendo ser acordadas as propostas de consenso aprovadas pelo GT Saúde/Caixa.

Cargos e salários rumo à unificação

PCR pretende unificar a estrutura de cargos e salários na Caixa Econômica Federal

Em menos de um ano, os empregados da Caixa poderão ter uma nova perspectiva de carreira na empresa. Os estudos da empresa para a reordenação dos planos de cargos e salários já começaram e até abril de 2004 devem estar concluídos. Chamado de PCR (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração), o novo projeto visa unificar a estrutura fragmentada hoje existente na Caixa.

O grupo está trabalhando desde abril e, aos representantes dos empregados, foram apresentados os primeiros esboços do plano. O

projeto será finalizado e apresentado à diretoria, mas antes de ser implantado deve passar por negociação entre a direção da Caixa e a CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários).

"É necessário que cada detalhe do PCR seja negociado, para eliminarmos as distorções que existem hoje na empresa", avalia José Miguel Corrêa, empregado da Caixa e presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco. Entre os principais problemas da atual estrutura de cargos na Caixa, estão, segundo Miguel Corrêa, "a distância muito grande entre o salário inicial e o final, principalmente do

meio para o final, e o peso excessivo da função de confiança na composição do salário, de até dois terços em muitos casos". Para o repre-

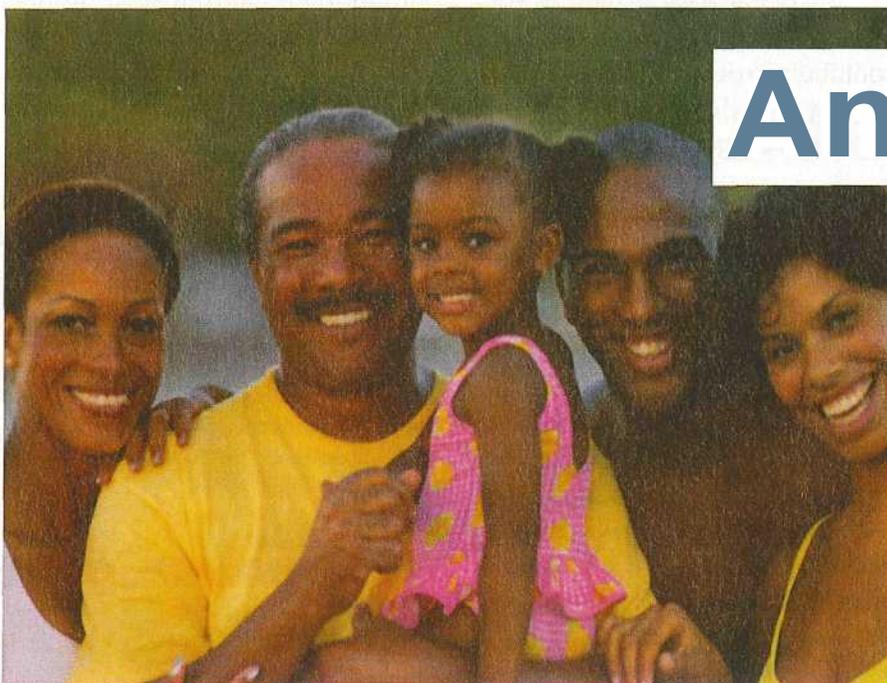
sentante dos empregados, "isso causa uma dependência muito grande do empregado em relação à função, inclusive na pressão pelo cumprimento de oito horas, em que pese ser importante remunerar por qualificações e responsabilidades".

Outros pontos delicados se referem aos segmentos do corpo funcional, especialmente analistas, avaliadores de penhor e caixas executivos.

Discussão deve ser aberta ao empregado

As entidades ligadas à CNB/CUT defendem que as discussões do grupo de trabalho sejam apresentadas aos representantes dos empregados. "É preciso saber o que a empresa está elaborando, o que aliás é sua responsabilidade, para em seguida apresentar as considerações dos empregados, no sentido de aprimorar a proposta", diz Miguel Corrêa. Para o presidente do Seeb/PE, "é necessário que o PCR reflita a estrutura da empresa e contemple critérios justos sobre o perfil dos cargos, salários e sua parcela variável, promoção por mérito e antiguidade e também avaliação de desempenho profissional".

Diferença de vencimentos e no peso da função no salário são problemas



Anapar

Fortaleça a luta em defesa dos direitos previdenciários.

Filie-se à Anapar - Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão.

Confira a ficha de filiação e as instruções para preenchimento e envio dos dados no endereço www.anapar.com.br.

Fundos de pensão ao alcance de sindicatos e entidades profissionais

Planos poderão ser custeados apenas por participantes ou receber contribuições patronais

Está dada a oportunidade a que as categorias e segmentos profissionais que não têm fundo de pensão se insiram no sistema de previdência complementar, por meio de entidades fechadas. O CGPC (Conselho de Gestão da Previdência Complementar), órgão regulador do sistema de fundos de pensão fechados, ligado ao Ministério da Previdência Social, definiu no final de maio as regras para a criação de fundos de pensão por sindicatos e entidades de profissionais liberais, denominados fundos instituídos.

O sindicato ou entidade de classe, denominado "instituidor", poderá constituir uma entidade fechada de previdência complementar pró-

pria ou, por meio de convênio, instituir um plano junto a uma entidade fechada de previdência já existente, como a Funcef, por exemplo.

Os planos de previdência criados pelos instituidores poderão ser custeados exclusivamente pelos participantes ou receber também contribuições previdenciárias dos empregadores, sem que os mesmos se tornem, juridicamente, patrocinadores desses fundos.

Conforme explica Antônio Bráulio de Carvalho, diretor da Fenae e membro do CGPC, as negociações Coletivas, dentro dessa nova realidade, tomam-se o instrumento mais eficaz para que as entidades instituidoras possam "convencer" os empregadores a contribuir para a aposentadoria complementar de seus funcionários.

As regras básicas para os planos instituídos são a modalidade de contribuição definida, o patrimônio segregado do patrimônio do instituidor e a gestão profissional.

Patrimônio do fundo deverá ser segregado do patrimônio do instituidor

Funcef manifesta interesse em administrar os instituídos

Os fundos patrocinados por estatais já demonstraram seu interesse em administrar os planos instituídos por sindicatos e associações de classe. A Funcef já vem, inclusive, mantendo contatos com algumas entidades para tratar do assunto. Ainda em maio, o presidente e alguns diretores da fundação estiveram no Sindicato dos Bancários de São Paulo, com esse propósito. É fato também que a Funcef já criou um grupo de trabalho encarregado de analisar os aspectos que envolvem a administração de fundos instituídos.

De acordo com informação do jornal Gazeta Mercantil, a Previ, fundo dos funcionários do BB, e a Petros, fundo dos funcionários da Petrobrás, também já estão analisando a possibilidade de administrar fundos de terceiros.

Até o final de maio, segundo dados da SPC (Secretaria de Previdência Complementar),



cinco entidades já haviam solicitado abertura de fundos de pensão: a associação dos ex-alunos da Fundação Getúlio Vargas; o Sindicato dos Engenheiros de São Paulo; a Força Sindical; a Cooperativa de Economia de Crédito Mútuo dos Servidores Militares; e a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais.

Fundos já existentes são o que se busca nos novos

O Brasil conta com 2,3 milhões de participantes de fundos operados por entidades fechadas de previdência complementar, que detêm uma poupança de aproximadamente R\$ 200 bilhões. A Funcef é o terceiro maior desses fundos, com 70 mil associados e patrimônio de R\$ 12,5 bilhões.

É esse tipo de estrutura e de garantia de complemento de aposentadoria que os integrantes de várias categorias profissionais passam a ter como referência, ao serem agora instados a participar dos fundos instituídos por entidades de classe. Em outras palavras, o horizonte alcançado pelos empregados da Caixa, com a construção e solidificação da Funcef, é ainda um anseio e uma necessidade de dezenas de milhares de trabalhadores em nosso país.

Funcef

A fundação como alvo de ampla negociação

A CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários) está buscando junto à direção da Caixa a abertura de negociação a cerca das questões relativas à Funcef. Assessorada pela CEE-Caixa (Comissão Executiva dos Empregados), a Confederação coloca no centro de suas preocupações as consequências - para os associados - do acordo para liquidação das ações judiciais sobre a dívida da Caixa com a Funcef, firmado em abril.

A dívida da patrocinadora com a fundação remonta aos tempos da criação da Funcef, em 1977. Avaliada em cerca de R\$ 4,2 bilhões, essa dívida sofreu, com o acordo, uma redução de R\$ 1,4 bilhão, a título de descontos.

O intuito da CNB/CUT é inserir os impactos desse acordo numa discussão global sobre a situação da Funcef. Ao formalizar o pedido de abertura de negociação, em 25 de junho, a confederação lembra ao presidente da Caixa Jorge Mattoso o interesse do movimento dos empregados em discutir também a democratização da gestão da Funcef e a

reformulação dos planos de benefícios, entre outros problemas.

O ofício a Jorge Matoso resalta que a preocupação imediata refere-se à necessidade de se repensar os regulamentos de planos de benefício da fundação e lembra ter sido a própria Caixa a aceitar, na sua proposta de acordo para a dívida, o compromisso com a elaboração de um novo plano de benefícios e com alterações nos planos que já existem.

A CNB/CUT propõe à Caixa a criação de um grupo de trabalho para tratar especificamente dos planos de benefícios. Esse grupo seria composto por seis representantes indicados pela empresa e outros seis, pela

representação dos bancários. Entre as questões a serem discutidas estão o financiamento dos planos; a contribuição dos associados; a solidariedade da patrocinadora e participantes em caso de déficit de recursos; o fim do limite de idade para requerimento de aposentadoria; a inclusão dos participantes do PMPP (plano anterior à Funcef); e o enquadramento à lei complementar 109, que trata dos fundos de pensão.

Associados propõem grupo de trabalho sobre planos de benefícios

Diretoria e expectativas renovadas na Apcef-SE

Atividades de cultura andam em conjunto com a presença nos fóruns dos empregados da Caixa

A Apcef-SE (Associação de Pessoal da Caixa de Sergipe) está com diretoria e ânimo renovados. A nova direção foi eleita e empossada em junho, nos dias quatro e 15, respectivamente. Jovan Francisco de Salas foi reeleito presidente, com a chapa "Unidade e Ação", que representa a continuidade e o aprimoramento do trabalho de-

envolvido nos últimos anos.

A Apcef-SE tem participação ativa nos fóruns do movimento dos empregados da Caixa em nível nacional e vem atuando em parceria com o Sindicato dos Bancários local. Dedicase à realização de atividades e eventos que buscam transformar a Caixa em uma empresa melhor para se trabalhar, com foco nas reivindicações dos empregados. Atua também pelo fortalecimento do fundo de pensão dos bancários da Caixa, a Funcef, em sintonia com os interesses dos associados.

Lazer e cultura fazem a integração com a sociedade

O clube da Apcef-SE está entre os melhores do estado e já consolidou-se como referência de lazer, cultura e prática esportiva. Constitui-se em espaço de integração para os empregados da Caixa e para a comunidade. Fazem parte da sua rotina atividades para alunos de escolas carentes e eventos da Prefeitura, entidades filantrópicas e empresas.

O parque aquático da associação é um diferencial em relação aos demais clubes de Sergipe. Há ainda dois campos de futebol Soçaité, piscina semi-olímpica, duas quadras de vôlei de praia, quadra polivalente, quadra de tênis, salão de sinuca, parque infantil, entre outros equipamentos.

Entre as iniciativas dirigidas aos associados estão os eventos em datas comemorativas e o "Domingo Musical", com a presença de artistas locais de MPB, forró, pagode e outros gêneros. A Apcef mantém também o "Encantos Coral", composto por associados da Caixa e externos.

Entre as metas da nova gestão incluem-se a construção de alojamentos para o pessoal do interior e de outros estados, a ampliação do salão de festas, a reforma do estacionamento, a manutenção dos equipamentos e instalações do clube e o fortalecimento das ações em defesa os empregados da Caixa.



Divulgação

"Direito de Sonhar", a parceria pela criança

Educação hoje, cidadania sempre. Este é o slogan do projeto Direito de Sonhar, que vem sendo preparado pela Fenae, em parceria com os associações de pessoal nos estados, e tem lançamento previsto para o início de agosto.

A meta é prestar atendimento a crianças carentes, através da orientação de tarefas e reforço escolar, de atividades esportivas e culturais e do estímulo à preservação ambiental e à formação para a cidadania.

Direito de Sonhar visa ainda oferecer atendimento às famílias, por meio de cursos para a produ-



**Direito
de Sonhar**

Educação agora, cidadania sempre

ção de alimentos e artesanato e para a alfabetização de adultos.

O projeto está na fase de levantamentos, estudos orçamentários e articulação entre as entidades. Serão buscadas parcerias também com empresas.

Concursos mobilizam escritores da Caixa

Encerraram-se no dia 30 de junho as inscrições para o concurso de crônicas, promovido pela Fenae. Continuam abertas as inscrições para os concursos de contos (até 31 de julho) e de dramaturgia (até 29 de agosto). Confira o regulamento na página www.fenae.org.br.

Jogos do Sul iniciam temporada de competições

Depois dos Jogos do Sul, realizados entre os dias 19 e 21 de junho, com a participação das associações do RS, SC e PR, os próximos serão os Jogos do Centro-Oeste, preparados para agosto, em Goiânia. Em outubro serão os Jogos do Sudeste e, em novembro, os do Nordeste.

Acervo Fenae



Falece o primeiro presidente da Fenae

No dia 23 de junho, faleceu no Rio de Janeiro Arthur Ferreira de Souza Filho, empregado aposentado da Caixa Econômica Federal e primeiro presidente da Fenae. Ele esteve à frente da Federação por 11 anos, no período de 1971 a 1982.

Arthur Ferreira era conselheiro da ABI (Associação Brasileira de Imprensa).

A diretoria da Fenae registra o seu pesar pela partida desse sempre colega de trabalho, desse sempre companheiro em tantas lutas. Ele que ajudou a colocar de pé a nossa Federação e, à frente dela, impulsionou a sua caminhada.



Apcef

O movimento associativo dos empregados da Caixa mantém vivo o espírito de solidariedade e integração. Junte-se aos seus. Filie-se à sua Apcef.

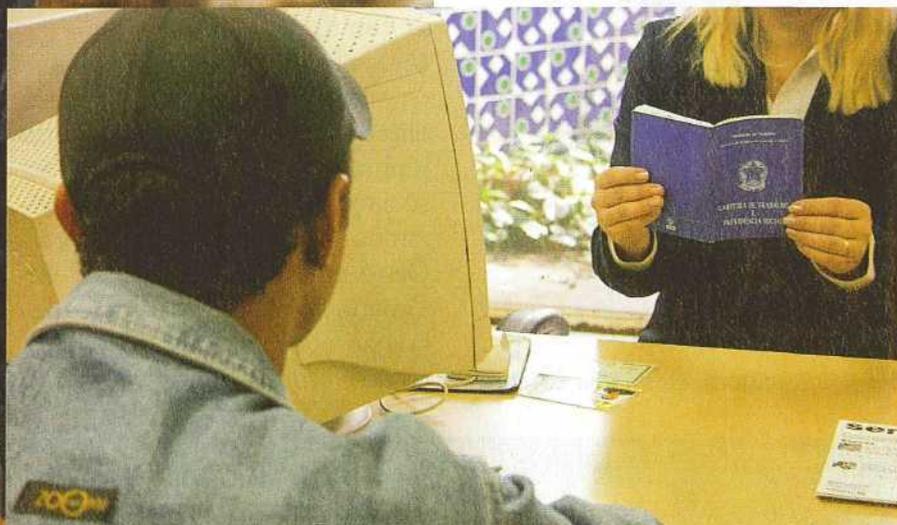
Democracia para as relações de trabalho

A reforma trabalhista entra em cena em 2004. Até lá, as negociações sobre o tema avançam

A reforma trabalhista que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva vai encaminhar ao Congresso Nacional, a partir de 2004, atende a uma necessidade real. Os desafios colocados hoje para o mundo do trabalho no Brasil requerem soluções duradouras. Para colocar isto em perspectiva, o governo Lula e centrais sindi-

cais como a CUT encaram a liberdade e autonomia sindical como peça fundamental para a construção de uma legislação trabalhista verdadeiramente moderna, compatível com a nova realidade política, econômica e social do país. A proposta do governo tem como núcleo os instrumentos normativos da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre o tema. Em diversas ocasiões, o Ministério do Trabalho e do Emprego já antecipou o que considera ultrapassado e tende a ser alterado: o sistema confederativo, a unicidade sindical, o imposto sindical (o compulsório e o confederativo) e o poder normativo da Justiça do Trabalho.

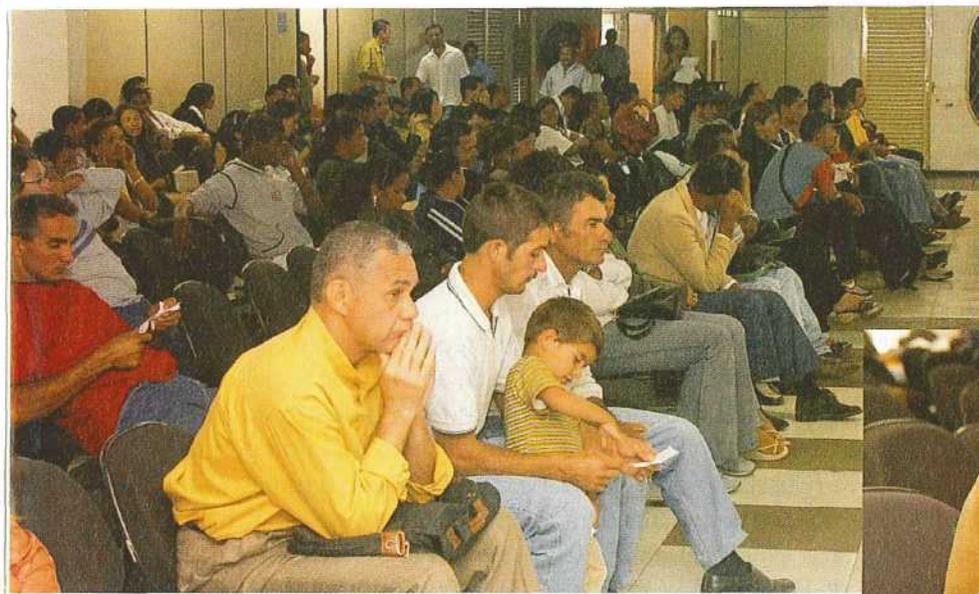
Agnaldo Azevedo



Augusto Coelho

Trabalhadores requerem soluções duradouras para a geração de emprego

Reforma trabalhista quer reduzir o alto índice de desemprego no país



Augusto Coelho

Modelo atual precisa ser democratizado

Herdeiro de um modelo de inspiração autoritária e corporativista, surgido a partir de 1930, o atual sistema nacional de relações de trabalho precisa ser democratizado. Pelas regras ainda em vigor, o Estado continua interferindo compulsoriamente na organização sindical e na solução dos conflitos trabalhistas.

Tão logo se começou a falar na necessidade de uma reforma trabalhista e sindical, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) saiu a campo em defesa do primado da justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da ampliação do espaço democrático na sociedade brasileira

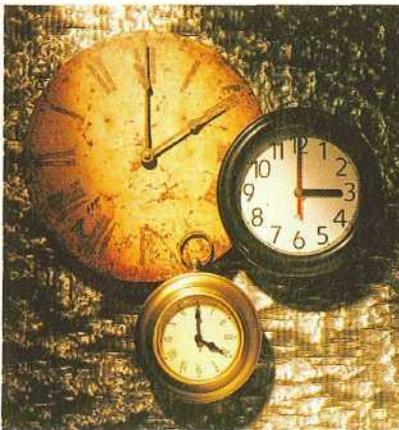
CUT defende primado da justiça social no âmbito das leis trabalhistas

e do reconhecimento das centrais como instituições sindicais e interlocutoras dos trabalhadores. A posição da CUT sobre o assunto foi explicitada em recente reunião das centrais sindicais com empresários, em São Paulo, quando estiveram em debate itens como o contrato coletivo de trabalho. Esse encontro antecipou-se à iniciativa do governo de convocar o Fórum Nacional do Trabalho, ainda sem data para ser instalado.

A constituição do Fórum Nacional do Trabalho, a ser estruturado de forma tripartite, com participação dos trabalhadores, empresários e de diferentes esferas do poder público,

é uma medida de alcance democrático e inovador. O resultado final disso tende a ser bom para o país, sobretudo porque uma de suas finalidades imediatas é preparar as propostas de mudança da legislação atual.

Essas propostas, aliás, vão ser traduzidas em um conjunto de leis para modernizar a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O objetivo desse processo, segundo o governo, é a melhoria da qualidade do emprego e a incorporação de milhões de trabalhadores ao mercado regulado de trabalho, com reflexos nas contas previdenciárias e nos fundos públicos.



"Quem sabe faz a hora".

Participe com o seu sindicato do momento de transformação do Brasil.

Sindicalize-se!

O Sistema Financeiro Nacional e as funções do Banco Central

A estrutura institucional do sistema financeiro pode ser descrita como no quadro abaixo

O quadro abaixo agrega as instituições por área de atuação que, por sua vez, define o órgão de regulação e fiscalização e o tipo de empresa que opera na área. Existe alguma interface: por exemplo, as bolsas de mercadorias e futuros são entidades subordinadas tanto ao Banco Central quanto à Comissão de Valores Mobiliários. São detalhes que abordaremos em outro momento. Agora abordaremos a composição do sistema e a função do Banco Central.

O Conselho Monetário Nacional é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional, é presidido pelo Ministro da Fazenda e composto também pelo Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central. Seu caráter é eminentemente normativo cabendo-lhe a determinação de diretrizes de política monetária, creditícia e cambial.

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a Susep (Superintendência de Seguros Privados) e a SPC (Secretaria de Previdência Complementar) são instituições de apoio na regulação e fiscalização do sistema. Contudo, devido à abrangência de atuação, o Banco Central é a grande autoridade monetária.

Dentro dos limites institucionais e legais, as funções do Banco Central do Brasil (BCB) são:

1. formulação, execução e acompanhamento da política monetária;

2. controle das operações de crédito em todas as suas formas, no âmbito do sistema financeiro;

3. formulação, execução e acompanhamento da política cambial e de relações financeiras com o exterior;

4. organização, disciplinamento e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional e ordenamento do

mercado financeiro;

5. emissão de papel-moeda e de moeda metálica e execução dos serviços do meio circulante.

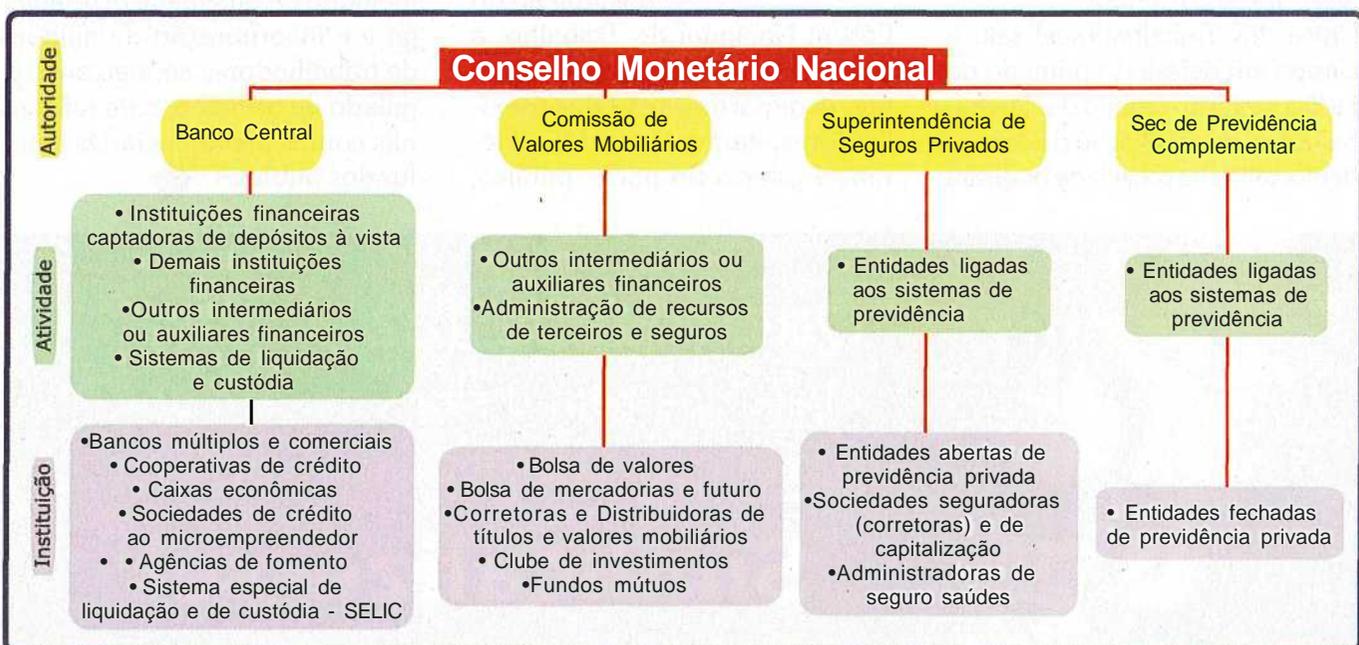
Este universo operacional torna o BCB um regulador de áreas específicas, cabendo-lhe:

a) regulamentar, autorizar e fiscalizar as atividades das sociedades administradoras de consórcios para a aquisição de bens;

b) normatizar, autorizar e fiscalizar as sociedades de arrendamento mercantil, de crédito imobiliário e as associações de poupança e empréstimo, regulando também todas as suas operações;

c) normatizar as operações do Sistema Nacional de Crédito Rural, consolidar suas informações e administrar o Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária).

d) desenvolver trabalho de comunicação social tanto de caráter técnico, quanto de orientação, por meio de serviços de atendimento ao público.



Varejo viabiliza comércio de produtos orgânicos

Em geral os alimentos orgânicos têm o mesmo tamanho dos 'convencionais', aparentando igual frescor. São com *certeza* mais caros, mas a briga entre os dois é velha e das boas. Há alguns anos, a agricultura orgânica procura mostrar que é mais saudável do que a do seu oponente. O acesso continua restrito, a ponto do varejo ser o único canal viável para o setor, o que leva muitas vezes a que a comercialização seja confinada a alguns poucos supermercados, feiras, quitandas e serviços de entrega em domicílio. A carência de atacadista se deve à pequena escala de produção.

Mas há diferenças bem mais substanciais entre um e outro produto. Enquanto a agricultura "convencional" provoca perda da biodiversidade do solo, desperdício de água e fuga do homem do campo, entre outros problemas, o modelo orgânico passa ao largo dos agrotóxicos e dos fertilizantes sintéticos, buscando maior equilíbrio com a natureza.

Na agricultura orgânica, o uso da mão-de-obra infantil é proibido e, em geral, os trabalhadores são registrados. A fiscalização é feita por certificadoras privadas, como a IBD e a AAO (Associação de Agricultura Orgânica). Assim acontece porque não há um sistema público de certificação no Brasil. O país também carece, segundo Shigeo Shiki, de uma linha de pesquisa específica para a agricultura orgânica.

Um espaço para o alimento orgânico

No Brasil, o mercado da agricultura natural cresce e chega, hoje, a mais de US\$ 200 milhões

Desde que o inglês Sir Albert Howard criou o conceito de agricultura orgânica, entre os anos de 1925 e 1930, o sistema de manutenção da vida biológica do solo já viveu dias de ostracismo e a cada ano, a julgar pelas estatísticas de organismos internacionais, ganha adeptos em todo o mundo, apesar da diferença de preço em relação ao alimento "convencional", que é bem mais barato.

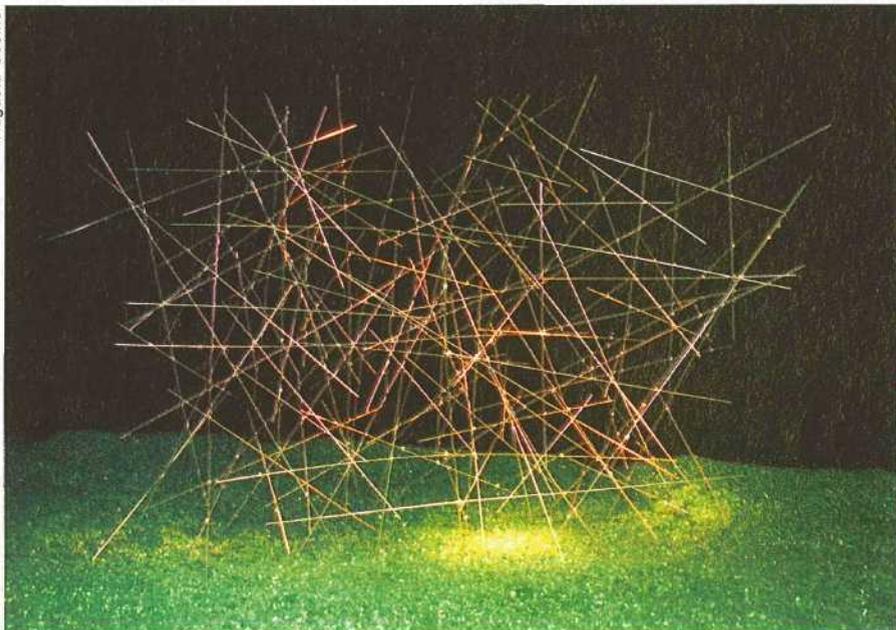
No Brasil, segundo o IBD (Instituto Biodinâmico), o maior certificador de produtos orgânicos no país, o mercado nacional cresce a olhos vistos. Passou de US\$ 50 milhões em 2000 para os atuais US\$ 200 milhões, sustentado por cerca de 13 mil produtores em

269.718 hectares de agricultura e pecuária orgânica. O economista Shigeo Shiki, gerente de projetos da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Agricultura, acha que o maior desafio para o setor é educar o consumidor sobre os benefícios do cardápio orgânico. E completa: "O ritmo de crescimento da área plantada no Brasil é em média 10% ao ano, com um mercado formado basicamente por pequenos produtores".



Design brasileiro: ousado, criativo, democrático e com raízes artesanais

Augusto Coelho

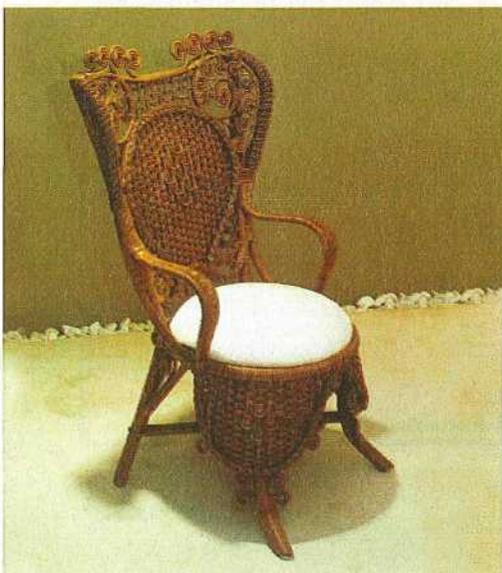


Nas obras dos irmãos Campana, o forte é a leveza e a falta de pudor

O design feito no Brasil, além de variado, traduz o que a cultura nacional tem de mais peculiar

^-Antônio José Reis
Jornalista da Fenae

Amadeira, a cerâmica, o papel, o vidro, o tecido, o ferro e o plástico são ícones do design produzido no Brasil. Há tam-



bém os objetos industrializados, mais comuns fora do que dentro do país. Essas ferramentas, guardadas as devidas proporções, têm força cultural equivalentes à voz de Pixinguinha (1847-1935) e à mistura culinária do arroz com o feijão.

Do ponto de vista conceitual, como definir o design brasileiro? De antemão, não combina com o tradicional conceito de arte, haja vista que não é só para ser admirado em museus. O arquiteto e curador italiano Nicola Goretti esboça uma resposta: "O design feito no Brasil desponta hoje no mundo como precursor de uma terceira corrente, diferentemente do europeu e do norte-americano. É um design vinculado a raízes artesanais e que exterioriza o que a cultura nacional tem de mais peculiar. Não é a tecnologia o que o Brasil tem a oferecer, mas sim a variedade e a simultaneida-

de de propostas culturais".

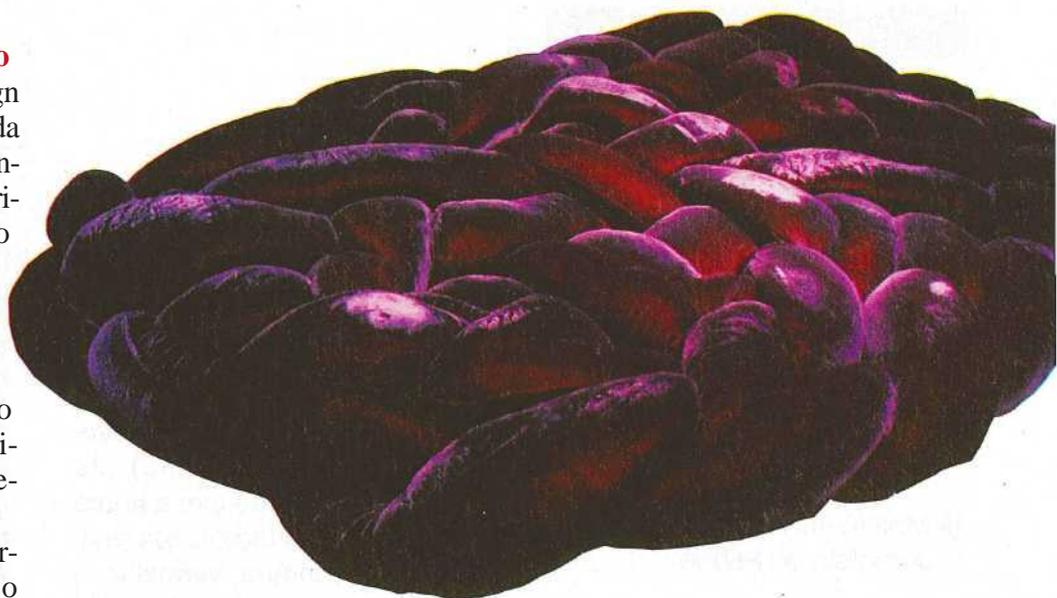
Goretti informa que no caso europeu, com Itália, França e Espanha fazendo parte da primeira corrente, a principal característica é o formalismo e o emprego da tecnologia de ponta, o que leva a uma predominância do valor estético. O norte-americano, segundo ele, integrante da segunda corrente e tecnologicamente muito bom, possui um olhar mais funcionalista.



Novos estilos e tendências despontam em todo o mundo

Os marcos iniciais do design em nível internacional provêm da Itália pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), refletindo a crise de valores despertada pelo conflito. Determinante para esse surgimento foi a reconstrução arquitetônica das cidades européias e de seus centros históricos, numa operação complexa, que exigiu muita paciência e um volume grande de recursos.

Desde então, a grande diversidade de tendências correu o mundo e possibilitou com que países como o Brasil, sem qualquer tradição, despontasse no cenário internacional com traços característicos de uma formação multicultural. A leveza, a ironia e a falta de pudor são o que diferencia a produção nacional da européia e da norte-americana. Assim acontece, de acordo com a educadora e designer Lígia de Medeiros, do Distrito Federal, porque os produtores brasileiros dão um novo uso ao material vulgar, reciclado e corriqueiro, fazendo com que suas invenções se transformem em espetáculos do encantamento.



Valores humanos devem se sobrepor à lógica econômica

Há vários olhares para traduzir o design de conteúdo genuinamente nacional, que nos últimos cinco anos deu um salto tremendo em criatividade e qualidade. Um deles é não estar associado apenas à contemplação, mas ter no valor de uso a sua marca registrada. É certo, inclusive, que ele faz parte da inventividade da cultura do Brasil. É como se fosse uma ponte, assu-

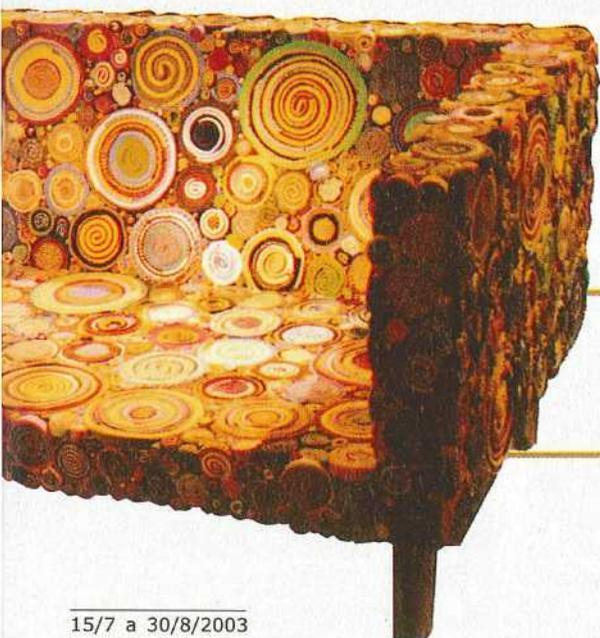
mando muitas vezes caráter social e democrático. Atinge desde o público leigo, como a dona de casa por exemplo, até o profissional mais especializado.

O design nasceu na Itália, depois da Segunda Guerra Mundial

Essa particularidade brasileira se expressa no trabalho de designers como os dos irmãos Fernando e Humberto Campana, Sérgio Rodrigues, Jacqueline Terpins, Vera Lopes, Robison Baldaça, Camila Fix, Carlos Motta e Mirla Fernandes. Em comum, a aposta na pluralidade e a tentativa de reforçar a idéia de que a lógica econômica não deve se sobrepor aos valores humanos. Também é verdade que um longo caminho ainda precisa ser percorrido

para que o design brasileiro se aproxime do design de ponta, inovador, da produção seriada da indústria, bastante comum no território europeu.

Em alguns trabalhos de designers brasileiros, a precariedade da vida está presente pelo viés das mangueiras de borrachas, caixas de papelão e plástico bolha. Seja como for, a antiga distância entre a teoria e a prática não é própria do design feito no Brasil. A tal ponto que não cabe ao segmento, ainda em expansão no país, o dilema manifestado pela esfinge grega: "decifra-me ou te devoro!".



O valor de uso é uma das marcas registradas do design brasileiro

Da costa da África ao litoral do Amapá

Festa centenária na cidade de Mazagão lembra a luta entre mouros e cristãos

► Marcio Achilles Sardi
Jornalista da Fenae

Todos os anos, mouros e cristãos travam lutas sangrentas em Maza-gão, no Amapá. Não se trata de uma edição tardia das Cruzadas ou da conquista da África. Os moradores da vila de Mazagão Velho somente celebram, todo mês de julho, a festa de São Tiago, lembrando o evento histórico que deu origem à cidade, há mais de 200 anos.

Durante praticamente o mês inteiro, são encenadas histórias que representam a luta entre os dois grupos, com a participação de personagens históricos e inventados. Em 2003, o ponto culminante acontece no dia 25. Muito antes disso, a comunidade de Mazagão Velho está voltada para a festa. Para o dia 16, por exemplo, está

Festa relembra momento histórico que deu origem a Mazagão, 200 anos atrás

marcada a escolha do Festeiro, "pessoa de recurso financeiro e com influência dentro da vila ou do município", segundo informa o Detur (Departamento de Desenvolvimento do Turismo) do Amapá. O escolhido tem a honra de ostentar, na entrada de sua casa, as bandeiras moura, vermelha, e cristã, branca. Da casa do Festeiro são encaminhadas todas as ordens para a festa e também os donativos.

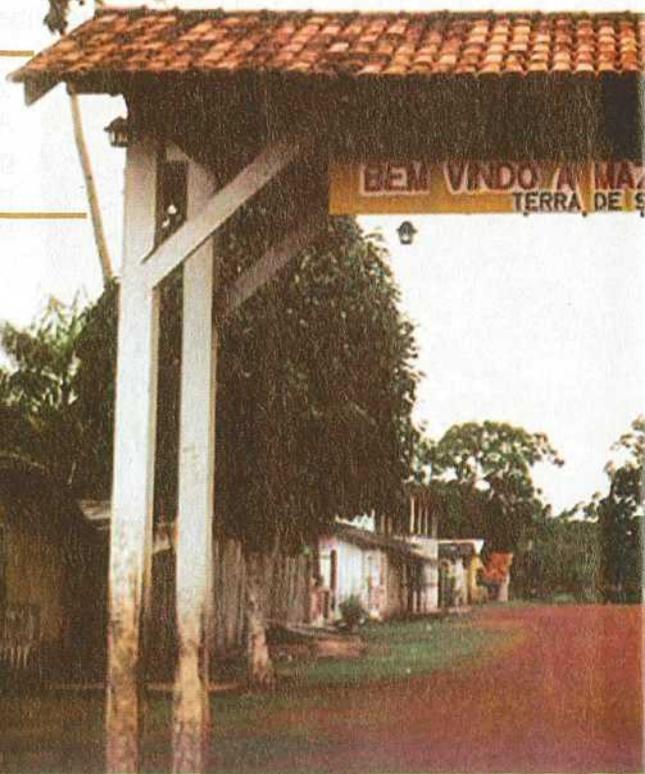
As comunidades de Mazagão Velho e também da sede do município de Mazagão participam em peso da festa. O Detur, a partir deste ano, tenta incluir o evento no calendário turístico do estado e da região amazônica. Para isso, está promovendo a I Caminhada Ecoturística e Religiosa de São Tiago.

No alto, ruínas da primeira igreja da cidade de Mazagão

A entrada da cidade e, ao centro, a capela em honra a São Tiago



Nonato Córte / acervo pessoal



Tiago teria lutado junto aos cristãos

A festa de São Tiago tem sua origem na antiga Mauritânia - não o atual país, mas uma parte do que é hoje o Marrocos. O santo teria lutado ao lado dos cristãos, contra os mouros, pela conquista da cidade de Mazagão, no norte da África.

Independente em 788, o Marrocos era um importante entreposto comercial para portugueses e espanhóis desde o século XV. O reino de Portugal conquistou esses territórios e estabeleceu colônias, tentando impor sua fé e entrando, por isso, em conflito com o reino árabe do Marrocos, iniciado em 1529.

Para garantir suas conquistas, o rei D. João III, de Portugal, iniciou em 1521 a construção de um forte para defender suas possessões. Já em 1562, os mouros tentaram entrar em Mazagão, mas foram rechaçados. A cidade, que resistiu ainda por 200 anos, foi uma dos últimos remanescentes portugueses na região.

Em 1769, a história e a lenda se confundiram. Depois de muitas lutas, os mouros armaram uma cilada e propuseram o fim das lutas, mas



A procissão de São Tiago (ao lado e na foto do canto esquerdo inferior)

ofereceram comida envenenada aos cristãos. A estratégia não deu certo, e os cristãos aproveitaram uma festa para devolver os alimentos, que foram consumidos pelos mouros.

Entre os mortos pelo banquete, estava o rei Caldeira. Seu filho, Caldeirinha, o Rei-Menino, continuou as lutas. Traições dos dois lados e o seqüestro das crianças cristãs também fizeram parte da lenda e da história.

Na batalha final, na qual o rei mouro foi capturado, a lenda conta que o próprio São Tiago saiu de seu pedestal na igreja de Mazagão para combater anonimamente ao lado dos cristãos. Quando os portugueses garantiram a posse da cidade, visitaram a igreja e teriam encontrado a espada do santo manchada de sangue, ainda quente.

Mas nem a ajuda divina permitiu a Portugal manter seus territórios. Com a iminência da reconquista pelos mouros, o rei D. José I ordenou a destruição da cidadela e a transfe-

rência das famílias para o Brasil. Assim nasceu a Mazagão amapaense.

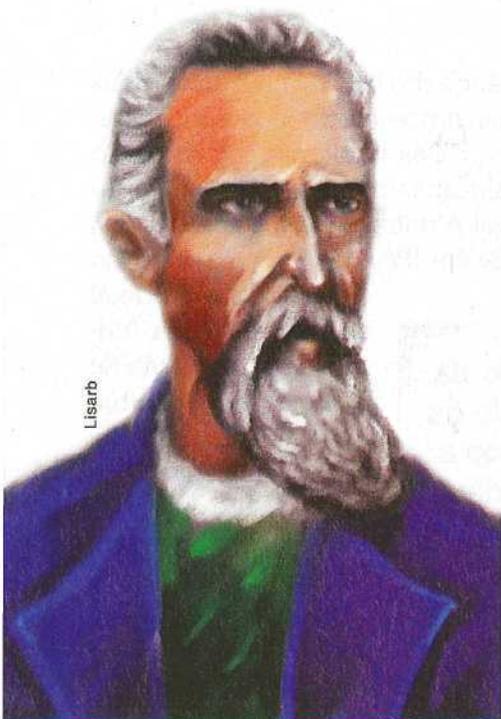
Dos habitantes da Mazagão africana, muitos voltaram a Portugal e outros se estabeleceram em Belém (PA), por ordem real. Perto de 150 famílias, do total de 340 vindas da África, colonizaram a vila de Nova Mazagão, hoje Mazagão Velho, que foi fundada oficialmente em 23 de janeiro de 1770.

A cidade passou por epidemias e viu cenas da revolta da Cabanagem, até perder a condição de município, no final do século XIX. A autonomia foi restabelecida em 1915, mas já na nova sede, construída a 35 quilômetros da capital do estado, Macapá. Mazagão Velho preserva a memória de sua origem, nas imagens de madeira e marfim mantidas por seus habitantes.

População da cidade veio da África após a vitória de mouros sobre portugueses



De braços dados com a pesquisa científica



Pioneiro, médico, pesquisador científico e humanista. Assim era Luiz Pereira Barretto, nascido no município de Resende (RJ) em 11 de janeiro de 1840. Ele, além de ter sido uma das maiores figuras do pensamento nacional, teve o dom de acumular em vida elogios e feitos, entre os quais o de precursor da pesquisa científica no Brasil.

Pereira Barretto viveu da ciência e para a ciência. Foi uma espécie de militante em tempo integral da produção científica brasileira, a ponto de ter sido um dos primeiros a lançar-se na campanha contra a febre amarela. Na época, ano de 1897, Barretto causou polêmica ao defender a tese - em artigos publicados em jornais - de que a febre amarela não era

contagiosa, como se acreditava desde então, mas sim um problema de saúde pública, causado pela contaminação da água.

Filho do comandante militar Fabiano Pereira Barretto e da dona de casa Francisca de Salles Pereira Barretto, o garoto Pereira Barretto cresceu em um ambiente de muita agitação política e social. Seu pai foi uma das figuras de maior projeção do cenário político de Resende, no interior do Rio de Janeiro, e trabalhou como produtor de chá, café e tabaco.

Formou-se em medicina e ciências naturais pela Universidade de Bruxelas, na Bélgica. Na Europa, tornou-se um discípulo apaixonado das doutrinas de Augusto Comte (1798-1857), pai do positivismo (filosofia ligada à moral cristã ortodoxa e que se baseia nos dados da experiência como a única verdadeira). Alguns livros do jovem estudante brasileiro foram publicados com base nessa doutrina, como "As três filosofias", "Soluções positivistas da população brasileira" e "Positivismo e teologia". Essas obras, inclusive, influenciaram o pensamento de diversos políticos, militares e intelectuais tupiniquins da época. Tanto que o lema da bandeira nacional 'Ordem e Progresso' foi fundamentado no seguinte preceito positivista: "amor como princípio, ordem como base e progresso como fim".

O retorno ao Brasil se deu no ano de 1864, quando passou a dedicar-se ao trabalho de pesqui-

sador. Considerado o primeiro agrônomo do país, Pereira Barreto teve também papel decisivo na introdução da cerveja em nosso país, a partir de 1885, e na difusão mercantil de duas culturas agrícolas: a cafeeira e o cultivo de uvas para a produção de vinho. Não obstante todos esses feitos, ele ainda descobriu os benefícios que o guaraná traz à vida do ser humano. Foi o pioneiro nos estudos científicos de uma bebida comercial com base no guaraná. Foi, aliás, a partir dessas experiências que se originou o xarope de guaraná, utilizado até hoje na fabricação do refrigerante.

Tinha 28 anos quando se casou com Carolina Peixoto, que conheceu no município de Jacareí (RJ), para onde transferiu-se em 1869 com o objetivo de melhor exercer a profissão de médico. Migrou depois com a família para a região do oeste paulista, em busca de um novo campo de ação: o plantio do café, que no final do século XIX trouxe riqueza e prosperidade para Ribeirão Preto, tida na época como o novo "eldorado do café". Do plantio do café, porém, ele passou a mexer com a produção de vinho - "única forma - segundo suas próprias definições - de atrair o colono europeu para uma emigração voluntária em solo brasileiro".

A vida de Pereira Barretto dividiu-se coerentemente em quase todas as direções, cuidando de áreas como medicina, filosofia, educação, agronomia, imprensa, cafeicultura, pecuária, sociologia, viticultura, política e geologia. Ele fez da própria vida um exercício de dedicação à pesquisa científica. Pereira Barretto faleceu em São Paulo. Data: 11 de janeiro de 1923.



Vida sem limites

Ganhadora do prêmio Nobel da Paz em 1999, a organização Médicos Sem Fronteiras tem um braço no Brasil. O sítio www.msf.org.br mostra o trabalho da entidade em situações de emergência e no apoio em saúde, prevenção, vacinação e assistência a refugiados para as populações atingidas.

Saúde na Internet:

www.datasus.gov.br/rnis/datasus.htm - Rede Nacional de Informações em Saúde, ligada ao governo federal.

www.who.int/en - página da Organização Mundial da Saúde, em inglês.
www.cvb.org.br - Cruz Vermelha Brasileira.

Imprensa autônoma

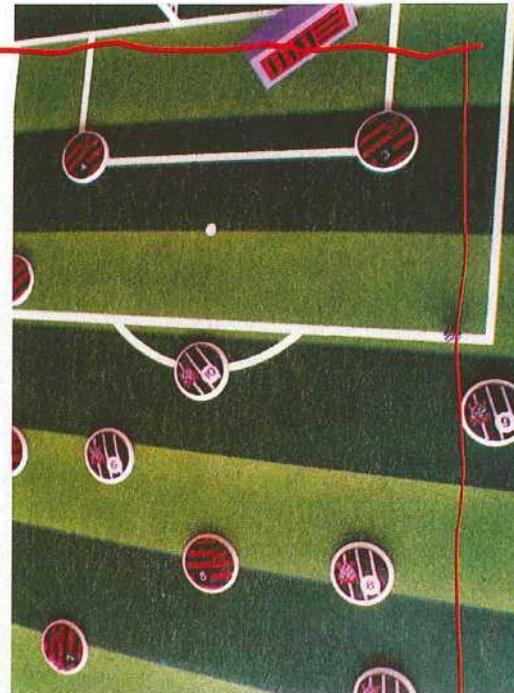
Notícia com tom crítico em textos, vídeos, sons e imagens é com o Centro de Mídia Independente (CMI-Brasil), rede de produtores independentes. O objetivo da organização é divulgar informações com enfoque diferenciado, "constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial que freqüentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses dos ricos e dos poderosos". A página do CMI é www.midiaindependente.org.

Outras páginas de comunicação

www.fenaj.org.br - Federação Nacional dos Jornalistas.

www.emcrise.com.br - sítio de jornalismo independente, com entrevistas, ensaios e reportagens.

www.intercom.org.br - página da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, associação científica sem fins lucrativos.



Gols de botão

O mundo do futebol de mesa é muito maior do que parece. Campeonatos acontecem em todo o Brasil e os botonistas inclusive se organizam em federações e ligas. A página www.futeboldemesa.com.br mostra o que é este esporte, sua história, modalidades e regras. Também tem o calendário de campeonatos e dicas de jogos.

Mais sobre o futebol de botão:

www.doistoques.cjb.net - sobre o futebol de mesa no Rio Grande do Sul.

membro.intermega.com.br/mcsantos/aprofron.htm - página oficial da Associação Proletária de Futebol de Mesa da cidade do Rio de Janeiro.

superligapaulista.kit.net/ - associação paulista de praticantes de futebol de mesa na modalidade 12 toques.



Ciência e cultura

A pesquisa científica no Brasil não seria a mesma sem a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (www.sbpcnet.org.br). Fundada em 1948, a SBPC não tem fins lucrativos e é voltada "para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil". O intercâmbio nestas áreas se dá, especialmente, pelas reuniões anuais que são realizadas em diferentes cidades do país.

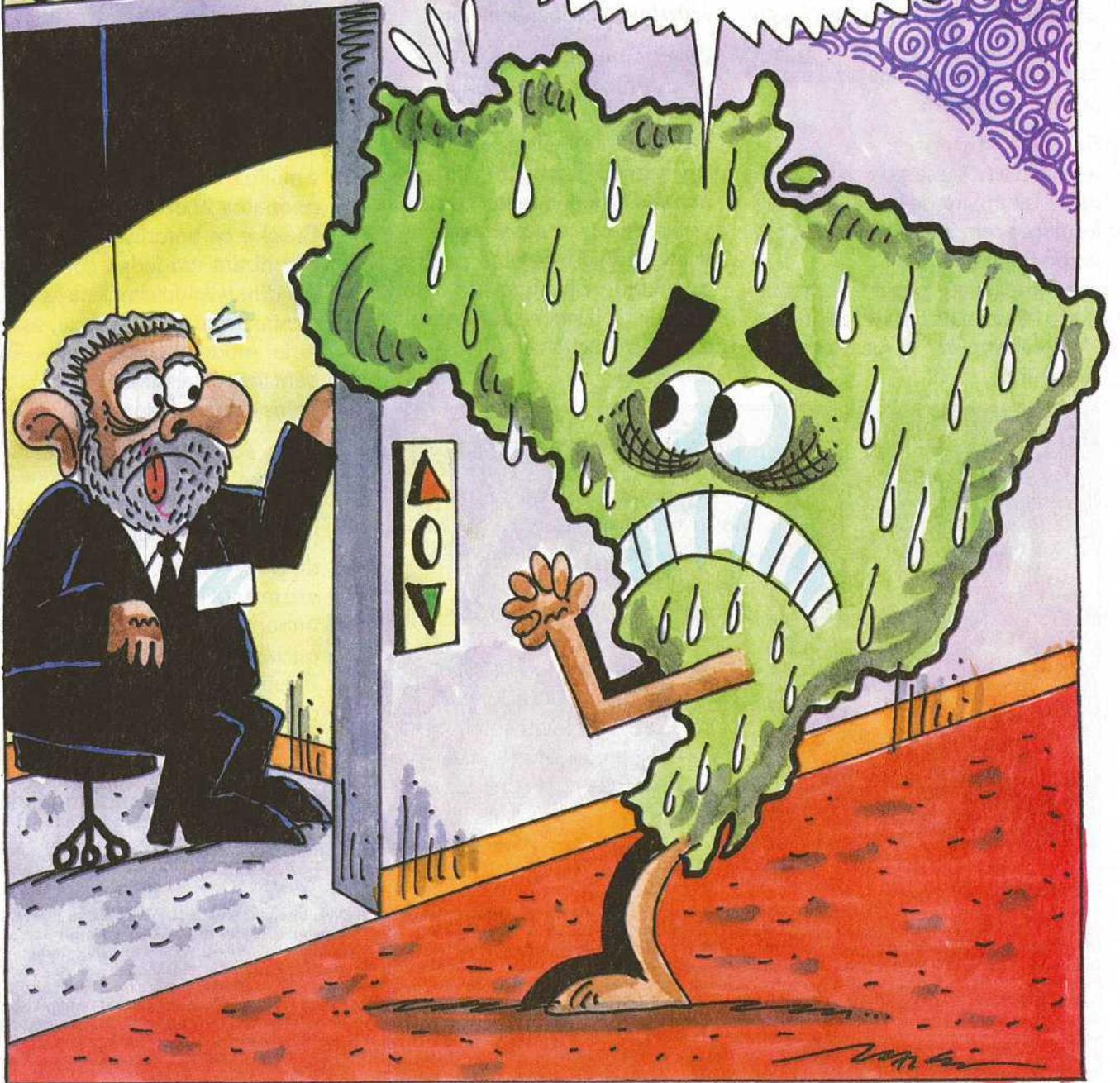
Expediente

Administração e redação: Setor Comercial Sul, quadra 1, Bloco C, nº 30 Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar Brasília (DF) CEP 70395-900 Telefone (61)323-7516 Fax (61) 323-7804 / www.fenae.org.br - imprensa@fenae.org.br **Diretoria Executiva:** **Diretor presidente** José Carlos Alonso Gonçalves / **Diretor vice-presidente** Vaumik Ribeiro da Silva / **Diretor de Administração e Finanças** Pedro Eugênio Beneduzzi Leite / **Diretor de Comunicação e Imprensa** Antônio Bráulio de Carvalho / **Diretor de Esportes** Paulo Rocha Cunha / **Diretora Cultural** Maria Aparecida Torres Diniz de Almeida / **Diretora Executiva** / Tânia Cristina Barros de Aguiar / **Diretor Executivo** / Emanuel Sousa de Jesus **Conselho Fiscal:** **Titulares** Sérgio Santos Serra / José Francisco de Assis Cavalcante Neto / Devanir Camargo da Silva - **Suplentes** / Francisca De Assis Araújo Silva / Alberi Bernardi Boiaski / Valmir Gôngora **Conselho Deliberativo Nacional:** **Presidente** Antônio Carlos de Oliveira - **Vice-presidente** Fabiana Matheus - **Secretária** Emerenciana Barbosa do Rego. **Edição e redação:** Antônio José Reis / Evandro Peixoto / Marcio Achilles Sardi **Design e ilustração:** Lisarb Sena de Mello **Consultoria:** Murilo Barella (Subseção do Dieese) **Colaboradores:** Márcio Baraldi / Jânio de Freitas **Impressão:** Bangraf **Tiragem:** 75 mil exemplares / Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. **Distribuição gratuita**

VAMOS PELO SOCIAL ?

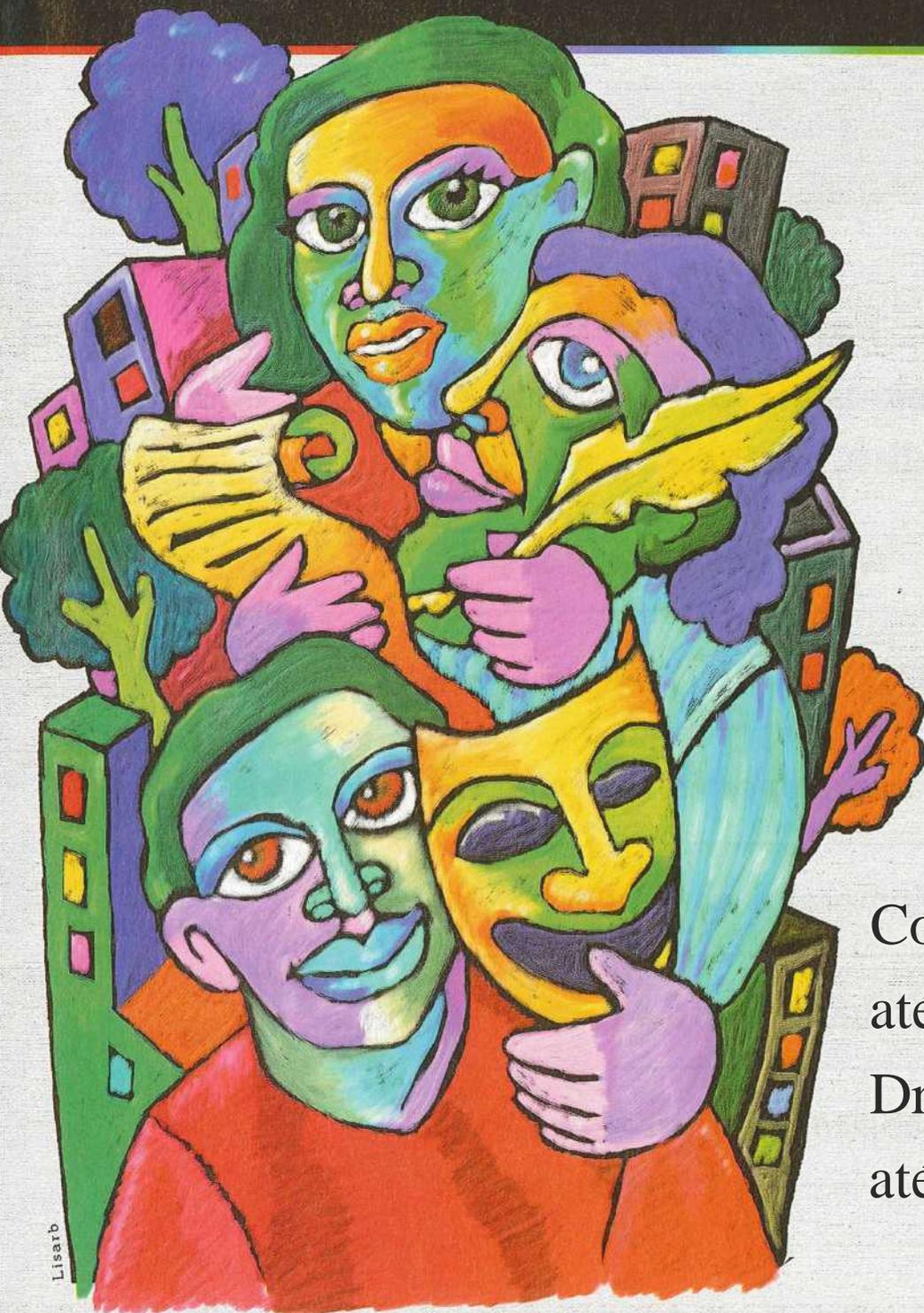
DESCE, VA?

JUROS



A **Fenae** promove: Concurso Nacional de

Literatura

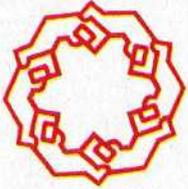


Lisarb

Retire o
regulamento
em sua associação
ou na página
da Fenae
(www.fenae.org.br)

Contos:
até 31 julho 2003
Dramaturgia:
até 29 agosto 2003

Apoio: Fenae Corretora / Associações de pessoal da Caixa



**Vem aí o maior
Programa de Relacionamento
para os Empregados e os
Aposentados da CAIXA**



**Este Programa de
Relacionamento vai ser o
melhor parceiro para você:**

Aumentar o bem-estar



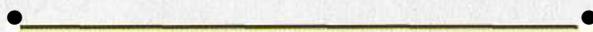
Receber benefícios especiais



Fazer economia nas compras



Melhorar a qualidade de vida



Garantir o futuro da sua família



Viabilizar seus projetos de vida



EM BREVE